

An aerial photograph of the São Paulo City Hall building, a large, light-colored stone structure with many windows. The building has a rooftop garden with various trees and plants. In the background, a dense urban landscape with many high-rise buildings is visible under a clear sky. The text is overlaid on the image in a white, sans-serif font with a slight shadow.

Prefeitura do Município de São Paulo
Departamento de Contadoria

**PREFEITURA
DO MUNICÍPIO
DE SÃO PAULO**

**Demonstrativos
Consolidados e Notas
Explicativas do Exercício de
2022**

Sumário

1. DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS	84
1.1 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	84
1.2 BALANÇO PATRIMONIAL.....	86
1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	88
1.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90
1.5 BALANÇO FINANCEIRO	91
1.6 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	92
2. NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	93
2.1 INTRODUÇÃO	93
2.2 CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES, LIQUIDAÇÕES DE EMPRESAS MUNICIPAIS	95
2.3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	95
2.4 BASE DE PREPARAÇÃO	97
2.5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	103
2.6 BALANÇO PATRIMONIAL.....	109
2.7 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	137
2.8 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142
2.9 BALANÇO FINANCEIRO	144
2.10 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	148
3. AÇÕES DE MELHORIA NOS PROCESSOS E SISTEMA	154
3.1 MATRIZ DE SALDOS CONTÁBEIS - MSC.....	154
3.2 PROJETO CONTA CORRENTE CONTÁBIL/FONTE DE RECURSOS	154
3.3 DECRETO FEDERAL Nº 10540/2020 – REQUISITOS MÍNIMOS SIAFIC.....	155
4. DISPOSIÇÕES FINAIS	156

1. Demonstrativos Consolidados

1.1 Balanço Orçamentário

CONSOLIDADO GERAL
Balanço Orçamentário do Exercício 2022

em R\$

Receitas Orçamentárias	Notas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Receitas Correntes (I)	6	77.202.705.727,00	84.920.643.339,68	88.548.284.585,17	3.627.641.245,49
Receita Tributária		43.839.821.528,00	46.952.016.411,67	47.822.636.239,83	870.619.828,16
Receita de Contribuições		6.316.464.940,00	6.866.464.940,00	7.523.217.028,11	656.752.088,11
Receita Patrimonial		1.469.683.291,00	3.120.386.441,12	5.211.937.272,92	2.091.550.831,80
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		459.058.716,00	569.058.716,00	532.191.425,82	(36.867.290,18)
Transferências Correntes		19.935.803.180,00	22.230.842.758,89	22.147.053.567,32	(83.789.191,57)
Outras Receitas Correntes		5.181.874.072,00	5.181.874.072,00	5.311.249.051,17	129.374.979,17
Receitas de Capital (II)	6	5.555.809.963,00	6.123.210.623,12	4.044.613.800,70	(2.078.596.822,42)
Operações de Crédito		2.671.798.272,00	2.671.798.272,00	103.342.000,00	(2.568.456.272,00)
Alienação de Bens		57.503.496,00	57.503.496,00	16.628.991,61	(40.874.504,39)
Amortizações de Empréstimos		19.296.280,00	233.790.868,45	238.234.170,57	4.443.302,12
Transferências de Capital		913.114.830,00	917.165.830,00	757.792.647,69	(159.373.182,31)
Outras Receitas de Capital		1.894.097.085,00	2.242.952.156,67	2.928.615.990,83	685.663.834,16
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2	82.758.515.690,00	91.043.853.962,80	92.592.898.385,87	1.549.044.423,07
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)		82.758.515.690,00	91.043.853.962,80	92.592.898.385,87	1.549.044.423,07
Deficit (VI)			10.205.961.576,15	-	
Total (VII) = (V + VI)	1	82.758.515.690,00	101.249.815.538,95	92.592.898.385,87	1.549.044.423,07
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	10.205.961.576,14	10.205.961.576,14	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	8	-	-	-	-
Superavít Financeiro	3	-	10.205.961.576,14	10.205.961.576,14	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

CONSOLIDADO GERAL
Balanco Orçamentário do Exercício 2022

em R\$

Despesas Orçamentárias	Notas	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	6	71.455.572.889,00	84.106.053.585,21	80.509.718.042,40	75.434.652.803,32	75.174.856.201,46	3.596.335.542,81
Pessoal e Encargos Sociais		30.677.817.938,00	33.629.251.312,81	32.454.721.482,23	31.824.138.103,40	31.807.522.195,80	1.174.529.830,58
Juros e Encargos da Dívida		1.258.831.404,00	476.532.255,31	162.254.610,92	162.254.610,92	162.254.610,92	314.277.644,39
Outras Despesas Correntes		39.518.923.547,00	50.000.270.017,09	47.892.741.949,25	43.448.260.089,00	43.205.079.394,74	2.107.528.067,84
Despesas de Capital (IX)	6	11.302.941.801,00	17.143.760.953,74	10.578.622.160,96	5.862.095.793,05	5.708.068.122,93	6.565.138.792,78
Investimentos		7.299.519.147,00	15.036.525.562,26	8.863.675.996,68	4.436.364.628,77	4.282.336.958,65	6.172.849.565,58
Inversões Financeiras		18.849.916,00	334.288.042,00	315.438.126,00	26.223.126,00	26.223.126,00	18.849.916,00
Amortização da Dívida		3.984.572.738,00	1.772.947.349,48	1.399.508.038,28	1.399.508.038,28	1.399.508.038,28	373.439.311,20
Reserva de Contingência (X)		1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)		82.758.515.690,00	101.249.815.538,95	91.088.340.203,36	81.296.748.596,37	80.882.924.324,39	10.161.475.335,59
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)	1	82.758.515.690,00	101.249.815.538,95	91.088.340.203,36	81.296.748.596,37	80.882.924.324,39	10.161.475.335,59
Superavit (XIV)	5 e 9	-	-	1.504.558.182,51	-	-	-
Total (XV) = (XIII + XIV)	4	82.758.515.690,00	101.249.815.538,95	92.592.898.385,87	81.296.748.596,37	80.882.924.324,39	10.161.475.335,59
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-

CONSOLIDADO GERAL
Balanco Orçamentário do Exercício 2022

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

em R\$

Restos a Pagar Não Processados	Notas	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes		584.402.339,49	4.731.404.602,61	3.056.028.742,65	3.045.636.497,31	1.557.931.053,86	712.239.390,93
Pessoal e Encargos Sociais		13.194,91	943.481.699,83	558.736.021,58	556.959.027,04	384.727.711,09	1.808.156,61
Juros e Encargos da Dívida		-	6.000,00	6.000,00	6.000,00	-	-
Outras Despesas Correntes		584.389.144,58	3.787.916.902,78	2.497.286.721,07	2.488.671.470,27	1.173.203.342,77	710.431.234,32
Despesas de Capital		5.200.711,14	1.932.157.858,85	767.473.888,51	760.401.051,39	365.790.171,66	811.167.346,94
Investimentos		5.200.711,14	1.932.157.858,85	767.473.888,51	760.401.051,39	365.790.171,66	811.167.346,94
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
Total	7	589.603.050,63	6.663.562.461,46	3.823.502.631,16	3.806.037.548,70	1.923.721.225,52	1.523.406.737,87

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

em R\$

Restos a Pagar Processados	Notas	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes		2.316.429,89	221.696.865,71	219.532.511,82	530.048,55	3.950.735,23
Pessoal e Encargos Sociais		26.579,78	26.839.151,71	26.774.820,61	9.446,80	81.464,08
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		2.289.850,11	194.857.714,00	192.757.691,21	520.601,75	3.869.271,15
Despesas de Capital		4.168.345,83	48.698.127,25	46.768.614,66	61.600,00	6.036.258,42
Investimentos		4.168.345,83	48.698.127,25	46.768.614,66	61.600,00	6.036.258,42
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
Total		6.484.775,72	270.394.992,96	266.301.126,48	591.648,55	9.986.993,65

1.2 Balanço Patrimonial

CONSOLIDADO GERAL Balanço Patrimonial do Exercício 2022

em R\$

ATIVO				PASSIVO			
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante		49.255.484.880,01	40.699.472.671,28	Passivo Circulante		13.330.885.421,27	13.948.472.800,32
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Curto Prazo	13	3.812.952.774,29	3.696.095.243,55
Créditos a Curto Prazo	2	17.113.922.337,74	15.480.170.858,51	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	14	158.272.331,92	3.071.621.979,51
Investim. e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	3	-	46.190.266,65	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	15	2.533.746.607,34	1.777.047.436,79
Estoques	4	667.629.885,17	422.869.205,83	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	16	15.609.608,37	6.970.940,82
VPD Pagas Antecipadamente	5	8.381.405,98	2.960.481,60	Obrigações de Repartições a Outros Entes		-	-
				Provisões a Curto Prazo	17	22.178.375,61	26.359.769,31
				Demais Obrigações a Curto Prazo	18	6.788.125.723,74	5.370.377.430,34
Ativo Não Circulante		112.514.728.029,32	102.000.138.454,16	Passivo Não Circulante		154.378.388.360,41	223.832.732.480,04
Realizável a Longo Prazo		75.048.641.318,27	68.368.084.037,74	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Longo Prazo	13	20.082.827.291,98	17.148.816.194,16
Créditos a Longo Prazo	6	75.042.203.113,61	68.341.052.266,61	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	14	1.073.486.285,08	22.663.407.935,06
Investimentos Temp. a Longo Prazo	7	61.435,90	67.266,68	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	15	2.470.492.794,45	2.737.276.553,49
Estoques	8	3.832.172,14	25.318.793,47	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	16	245.154.869,83	283.996.658,98
VPD Pagas Antecipadamente	9	2.544.596,62	1.645.710,98	Provisões a Longo Prazo	17	119.924.735.692,96	171.378.950.541,78
Investimentos	10	7.529.943.798,79	6.890.155.898,06	Demais Obrigações a Longo Prazo	18	10.581.691.426,11	9.620.284.596,57
Imobilizado	11	29.896.075.389,87	26.707.181.668,51	Resultado Diferido		-	-
Intangível	12	40.067.522,39	34.716.849,85	Total do Passivo		167.709.273.781,68	237.781.205.280,36
				Passivo a Descoberto	19	(5.939.060.872,35)	(95.081.594.154,92)
				Patrimônio Social e Capital Social	20	1.418.607.329,28	1.415.507.329,28
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		126,13	126,13
				Reservas de Capital		-	-
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	21	(626.950,80)	(417.967,20)
				Reservas de Lucros		-	-
				Demais Reservas	22	3.694.187.240,68	261.326.585,19
				Resultados Acumulados	23	(11.051.228.617,64)	(96.758.010.228,32)
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Total		161.770.212.909,33	142.699.611.125,44	Total		161.770.212.909,33	142.699.611.125,44

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Ativo (I)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		39.188.214.821,28	30.849.235.318,29	Passivo Financeiro		19.281.399.824,57	14.343.490.624,13
Ativo Permanente		122.581.998.088,05	111.850.375.807,15	Passivo Permanente		159.203.621.738,56	230.630.781.432,51
				Saldo Patrimonial (I - II)	24	(16.714.808.653,80)	(102.274.660.931,20)

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Atos Potenciais Ativos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas		4.539.895.178,25	4.278.059.144,80	Garantias e Contragarantias Concedidas		-	-
Direitos Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-	Obrigações Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	-	Obrigações Contratuais		29.662.854.411,96	31.404.437.150,18
Outros Atos Potenciais Ativos		2.894.452.353,00	2.957.508.761,37	Outros Atos Potenciais Passivos		1.243.232.400,06	1.255.127.420,20
Total	25	7.434.347.531,25	7.235.567.906,17	Total	25	30.906.086.812,02	32.659.564.570,38

Quadro do Superávit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Fontes de Recursos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária		8.704.320.245,18	8.293.886.334,22
Vinculada		11.202.494.751,53	8.211.858.359,94
Operações de Crédito		63.541.327,69	199.169.905,37
Transferências Federais		1.257.614.731,67	883.470.973,35
Transferências Estaduais		588.062.407,65	301.592.597,77
Fundo Constitucional de Educação		402.743.967,92	525.042.175,87
Outras Fontes		447.456.063,21	431.930.313,17
Receita Condicionada		-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		7.570.424.708,52	5.337.673.941,02
Alienação de Bens Ativos		95.384.270,84	67.075.832,29
Depósitos Judiciais		689.146.549,16	362.952.970,03
Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		79.650.347,13	92.071.627,33
Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		5.603.669,17	8.011.315,17
Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		2.866.708,57	2.866.708,57
Recursos Extraorçamentários		-	-
Total	26	19.906.814.996,71	16.505.744.694,16

1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

CONSOLIDADO GERAL
Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2022

em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		462.895.069.357,24	132.505.636.491,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		51.401.674.339,06	46.804.501.385,68
Impostos	1	50.792.378.943,32	46.202.466.088,78
Taxas		609.295.213,08	602.035.296,90
Contribuições de Melhoria		182,66	-
Contribuições		7.523.506.124,48	5.150.251.694,88
Contribuições Sociais	2	6.797.141.273,50	4.553.301.418,96
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		726.364.850,98	596.950.275,92
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.719.919.962,83	767.378.913,29
Venda de Mercadorias		55.821.144,11	64.868.033,03
Venda de Produtos		-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	3	1.664.098.818,72	702.510.880,26
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		30.096.897.953,33	32.284.999.836,75
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora	4	18.110.928.640,50	23.308.984.746,06
Variações Monetárias e Cambiais		7.915.738.090,88	7.448.969.634,83
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5	4.038.952.343,93	1.226.121.471,51
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		31.278.878,02	300.923.984,35
Transferências e Delegações Recebidas		35.845.366.163,03	34.138.899.734,69
Transferências Intragovernamentais	6	9.772.288.856,97	10.349.437.521,97
Transferências Intergovernamentais	7	25.643.975.771,88	23.460.812.439,05
Transferências das Instituições Privadas		34.756.872,14	48.257.732,48
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		194.306,41	-
Execução Orçamentária Delegada		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		21.297.677,90	27.620.623,42
Outras Transferências e Delegações Recebidas		372.852.677,73	252.771.417,77
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		28.359.195.800,65	696.615.777,73
Reavaliação de Ativos		8.472.001,13	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	8	262.599.801,03	48.915.741,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9	28.088.123.998,49	647.700.036,46
Reversão de Redução a Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10	307.948.509.013,86	12.662.989.148,91
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		734.861.770,39	154.932.010,35
Reversão de Provisões e Ajustes e Perdas		300.706.441.946,22	7.679.511.903,76
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		6.507.205.297,25	4.828.545.234,80

em R\$

	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Diminutivas		375.795.232.778,50	120.346.035.494,01
Pessoal e Encargos		20.484.044.608,55	17.730.684.144,63
Remuneração a Pessoal	11	15.831.961.724,41	13.992.260.459,99
Encargos Patronais		3.347.353.910,28	2.760.063.209,54
Benefícios a Pessoal		1.217.486.155,57	926.451.697,38
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		87.242.818,29	51.908.777,72
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		15.449.190.356,09	11.349.518.757,16
Aposentadorias e Reformas	12	14.422.561.042,07	10.000.265.700,15
Pensões		1.000.403.274,21	918.824.626,37
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	410.999.600,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda		377.553,31	321.032,70
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		25.848.486,50	19.107.797,94
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		21.234.939.879,68	15.995.321.006,05
Uso de Material de Consumo	13	2.632.196.748,56	2.157.255.543,44
Serviços	14	18.294.914.331,96	13.687.811.425,33
Depreciação, Amortização e Exaustão		307.828.799,16	150.254.037,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		6.926.938.295,66	4.904.886.431,76
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	15	175.319.612,06	902.997.699,28
Juros e Encargos de Mora	16	10.703.474,01	923.485,25
Variações Monetárias e Cambiais	17	6.704.557.077,03	3.994.951.065,84
Descontos Financeiros Concedidos		4.391.706,48	2.732.507,67
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras	18	31.966.426,08	3.281.673,72
Transferências e Delegações Concedidas		37.708.533.092,48	32.642.796.669,72
Transferências Intragovernamentais	19	10.660.711.084,84	10.349.380.317,62
Transferências Intergovernamentais	20	8.088.886.116,42	5.994.046.011,96
Transferências a Instituições Privadas	21	18.955.216.190,04	16.298.939.915,40
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		204.420,28	222.255,28
Execução Orçamentária Delegada		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		3.515.280,90	208.169,46
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		26.528.047.118,65	30.883.802.192,63
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	22	13.809.488.302,62	18.119.436.733,36
Perdas com Alienação		-	674.014,27
Perdas Involuntárias		689.409,80	994.972,64
Incorporação de Passivos		1.114.908,11	89.937.946,90
Desincorporação de Ativos		12.716.754.498,12	12.672.758.525,46
Tributárias		802.417.066,37	700.321.044,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		11.547.073,77	10.138.104,51
Contribuições		790.869.992,60	690.182.940,47
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		29.333.345,45	30.502.381,77
Custo das Mercadorias Vendidas		29.333.345,45	30.502.381,77
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	23	246.631.789.015,57	6.108.202.865,31
Premiações		9.952.680,17	18.485.652,42
Resultado Negativo de Participações		263.615.784,62	185.089.282,35
Incentivos		312.715.228,73	200.796.159,45
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
VPD de Constituição de Provisões		245.587.867.957,18	5.305.036.420,39
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		457.637.364,87	398.795.350,70
Resultado Patrimonial do Período		87.099.836.578,74	12.159.600.997,92

1.4 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO GERAL
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício 2022

em R\$

Especificação	Notas	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldos Iniciais		1.415.507.329,28	126,13	-	(417.967,20)	-	261.326.585,19	(96.758.010.228,32)	-	(95.081.594.154,92)
Ajustes de Exercícios Anteriores	3	-	-	-	-	-	-	(1.393.263.951,66)	-	(1.393.263.951,66)
Aumento de Capital	2	3.100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	3.100.000,00
Resultado do Exercício	1	-	-	-	-	-	-	87.100.045.562,34	-	87.100.045.562,34
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	-	(208.983,60)	-	-	-	-	(208.983,60)
Constituição/Reversão de Reservas	4	-	-	-	-	-	3.432.860.655,49	-	-	3.432.860.655,49
Saldos Finais		1.418.607.329,28	126,13	-	(626.950,80)	-	3.694.187.240,68	(11.051.228.617,64)	-	(5.939.060.872,35)

1.5 Balanço Financeiro

CONSOLIDADO GERAL Balanço Financeiro do Exercício 2022

em R\$

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	1A e 1B	92.592.898.385,87	76.650.695.889,04	Despesa Orçamentária (VI)	1C	91.088.340.203,36	73.423.283.129,88
Ordinária		73.200.573.750,46	60.568.049.066,92	Ordinária		74.182.661.067,23	58.633.608.530,89
Tesouro Municipal		63.371.045.803,69	55.646.659.515,96	Tesouro Municipal		65.347.952.363,05	53.677.891.648,28
Recursos Próprios da Administração Indireta		9.436.382.065,30	4.739.393.218,32	Recursos Próprios da Administração Indireta		8.463.232.182,55	4.727.535.524,85
Recursos Próprios da Empresa Dependente		393.145.881,47	181.996.332,64	Recursos Próprios da Empresa Dependente		371.476.521,63	228.181.357,76
Vinculada		19.392.324.635,41	16.082.646.822,12	Vinculada		16.905.679.136,13	14.789.674.598,99
Operações de Crédito		121.859.061,84	131.092.883,87	Operações de Crédito		266.929.290,92	158.510.077,24
Transferências Federais		3.882.116.949,74	3.421.160.656,33	Transferências Federais		3.789.511.523,39	3.367.572.368,76
Transferências Estaduais		1.106.915.019,77	968.870.240,77	Transferências Estaduais		869.996.772,17	889.909.382,02
Fundo Constitucional de Educação		6.825.572.178,47	5.891.222.940,30	Fundo Constitucional de Educação		7.013.885.087,71	5.468.606.056,33
Outras Fontes		181.325.902,23	120.093.514,28	Outras Fontes		166.717.703,02	94.885.219,98
Receita Condicionada		-	-	Receita Condicionada		-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		5.925.513.118,58	3.398.428.833,66	Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		3.814.364.346,00	2.983.916.573,78
Alienação de Bens Ativos		27.927.237,86	98.215.702,11	Alienação de Bens Ativos		-	92.387.797,18
Depósitos Judiciais		1.256.358.306,13	1.499.434.018,36	Depósitos Judiciais		930.164.727,00	1.171.447.502,00
Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		64.736.860,79	543.449.598,44	Transf. Federais - Custeio Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		51.702.039,92	556.215.296,87
Transf. Federais - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		-	10.678.434,00	Transf. Federal - Invest. Covid Fundo a Fundo - Serv. Púb. Saúde		2.407.646,00	6.042.887,83
Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-	Transf. Federais - Convênios/Contratos Covid Vinculados à Saúde		-	-
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		-	-	Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I		-	181.437,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	2	7.359.281.472,77	10.326.893.037,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	2	7.359.281.472,77	10.326.893.037,00
Para Execução Orçamentária		3.591.375.260,47	4.074.225.037,87	Para Execução Orçamentária		3.595.369.787,56	4.074.225.037,87
Independentes de Execução Orçamentária		28.423.156,42	14.476.262,69	Independentes de Execução Orçamentária		28.423.156,42	14.476.262,69
Para Aportes de Recursos para o RPPS		3.739.483.055,88	6.238.191.736,44	Para Aportes de Recursos para o RPPS		3.735.488.528,79	6.238.191.736,44
Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-	Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3	50.848.142.799,68	39.380.326.642,68	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3	44.042.624.233,73	35.002.183.346,81
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	4	9.791.591.606,99	6.663.562.461,46	Pagamentos Restos a Pagar Não Processados	4	3.404.095.483,79	3.236.756.942,31
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4	407.254.120,14	266.490.072,31	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	4	262.392.923,81	472.089.567,56
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		8.965.300.736,72	8.066.673.236,60	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		11.073.651.350,66	10.463.646.346,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários		31.683.996.335,83	24.383.600.872,31	Outros Pagamentos Extraorçamentários		29.302.484.475,47	20.829.690.490,45
Saldo do Exercício Anterior (IV)	5	30.452.066.124,22	22.846.510.069,19	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	5	38.762.142.872,68	30.452.066.124,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	24.747.281.858,69	18.165.275.314,71	Caixa e Equivalentes de Caixa	6	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.658.593.998,88	4.600.790.566,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.296.591.621,56	5.658.593.998,88
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		46.190.266,65	80.444.187,76	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		-	46.190.266,65
Total (V) = (I+II+III+IV)		181.252.388.782,54	149.204.425.637,91	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)		181.252.388.782,54	149.204.425.637,91

1.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

CONSOLIDADO GERAL Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2022

em R\$

	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (I)	1	9.188.893.380,71	9.099.132.913,88
Ingressos		147.589.096.431,59	121.177.279.618,31
Receitas Derivadas e Originárias		66.401.231.017,85	52.743.568.818,70
Receita Tributária		47.822.636.239,83	43.771.345.858,79
Receita de Contribuições		7.523.217.028,11	5.149.675.966,26
Receita Patrimonial		5.000.267.821,91	1.673.519.428,33
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		532.191.425,82	289.771.869,66
Remuneração das Disponibilidades		211.669.451,01	43.121.836,49
Outras Receitas Derivadas e Originárias		5.311.249.051,17	1.816.133.859,17
Transferências Recebidas		29.506.335.040,09	30.672.906.976,21
Intergovernamentais		15.457.005.176,18	14.425.941.097,26
Da União		4.132.977.782,26	4.176.103.030,99
De Estados e Distrito Federal		11.324.027.393,92	10.249.838.066,27
De Municípios		-	-
Intragovernamentais		7.362.003.374,10	10.326.893.037,00
Outras Transferências Correntes Recebidas		6.687.326.489,81	5.920.072.841,95
Outros Ingressos Operacionais		51.681.530.373,65	37.760.803.823,40
Outros Ingressos Operacionais		51.681.530.373,65	37.760.803.823,40
Desembolsos		138.400.203.050,88	112.078.146.704,43
Pessoal e Demais Despesas		78.277.764.599,67	63.330.045.214,35
Legislativa		996.989.575,66	772.737.543,15
Judiciária		222.033.748,08	206.051.734,81
Administração		1.102.794.342,88	915.311.455,16
Defesa Nacional		40.016,92	36.153,64
Segurança Pública		772.987.904,18	603.004.287,14
Relações Exteriores		13.398.105,21	197.092,46
Assistência Social		1.851.420.376,54	1.933.906.076,66
Previdência Social		19.134.779.040,21	14.186.877.051,45
Saúde		17.034.272.291,15	14.852.077.523,06
Trabalho		137.862.121,36	113.271.323,15
Educação		17.628.460.827,17	14.695.007.455,26
Cultura		764.391.122,09	768.442.959,02
Direitos da Cidadania		262.271.058,59	237.660.927,81
Urbanismo		5.300.342.875,61	4.881.358.848,55
Habitação		376.583.370,45	261.331.173,68
Saneamento		343.764.368,83	300.774.382,60
Gestão Ambiental		324.919.228,42	222.576.120,66
Agricultura		-	-
Comércio e Serviços		358.954.270,71	203.265.466,53
Comunicações		284.087.550,33	198.692.766,64
Energia		-	-
Transporte		7.679.589.031,71	5.332.942.512,36
Desporto e Lazer		689.028.091,36	194.495.857,59
Encargos Especiais		2.998.795.282,21	2.450.026.502,97
Juros e Encargos da Dívida		162.260.610,92	880.998.093,01
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		145.682.288,07	870.036.095,46
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		10.674.489,24	5.842.516,01
Outros Encargos da Dívida		5.903.833,61	5.119.481,54
Transferências Concedidas		7.359.281.472,77	10.326.893.037,00
Intragovernamentais		7.359.281.472,77	10.326.893.037,00
Outros Desembolsos Operacionais		52.600.896.367,52	37.540.210.360,07
Outros Desembolsos Operacionais		52.600.896.367,52	37.540.210.360,07
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	2	(3.188.608.903,82)	(1.801.925.963,57)
Ingressos		1.927.120.846,88	1.282.368.084,38
Alienação de Bens		16.628.991,61	98.215.702,11
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		238.234.170,57	21.443.316,16
Outros Ingressos de Investimento		1.672.257.684,70	1.162.709.066,11
Desembolsos		5.115.729.750,70	3.084.294.047,95
Aquisição de Ativo Não Circulante		3.711.516.879,07	2.191.290.005,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		1.404.212.871,63	893.004.042,95
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	3	717.984.915,54	(715.200.406,33)
Ingressos		2.117.492.953,82	2.278.745.046,75
Operações de Crédito		103.342.000,00	122.178.048,70
Transferências de Capital Recebidas		757.792.647,69	657.132.979,69
Outros Ingressos de Financiamentos		1.256.358.306,13	1.499.434.018,36
Desembolsos		1.399.508.038,28	2.993.945.453,08
Amortização/Refinanciamento da Dívida		390.912.142,60	2.167.516.515,91
Outros Desembolsos de Financiamentos		1.008.595.895,68	826.428.937,17
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)	4	6.718.269.392,43	6.582.006.543,98
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		24.747.281.858,69	18.165.275.314,71
Caixa e Equivalente de Caixa Final	5	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69

2. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

2.1 Introdução

A Prefeitura de São Paulo é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 46.395.000/0001-39, com sede administrativa localizada no Edifício Matarazzo, também conhecido como Palácio do Anhangabaú, no seguinte endereço: Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo - SP.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela lei Municipal nº 17.728, de 27 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2022.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As demonstrações contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Orçamento e Finanças – SOF, incluindo os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos seguintes Órgãos:

Administração Direta		Administração Indireta	
Poder Executivo	Qtd.	Poder Executivo	Qtd.
Secretarias	19	Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município SP	1
Fundos	18	Autarquia Hospitalar Municipal (encerrada em 2022)	1
Subprefeituras	32	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (em fase de extinção)	1
Controladoria Geral do Município	1	Cinema e Audiovisual de São Paulo	1
Procuradoria Geral do Município	1	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	1
Encargos Gerais	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1
		Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1
		Fundo Municipal de Habitação	1
		Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1
		Hospital do Servidor Público Municipal	1
Poder Legislativo	Qtd.	Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1
Câmara Municipal de São Paulo	1	São Paulo Turismo	1
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	São Paulo Urbanismo	1
Respectivos Fundos	2	Serviço Funerário do Município de São Paulo	1
		Fundo Financeiro - FUNFIN	1
		Fundo Previdenciário - FUNPREV	1
Total de 92 órgãos			

Em agosto de 2022 houve o encerramento no Sistema SOF, da Autarquia Hospitalar Municipal – AHM, que se encontrava em processo de extinção (com base no artigo 45, da Lei nº 17.433/2020), cujas regulamentações relativas a bens patrimoniais, pessoal, cargos, serviços, contratos, acervo e recursos orçamentários, constaram do Decreto nº 59.685/2020.

Ademais, está em processo de extinção a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, cuja extinção foi estabelecida no artigo 42, da Lei nº 17.433/2020 e regulamentada pelo Decreto nº 60.353, de 30 de junho de 2021, que dispõe sobre a operacionalização da extinção da AMLURB, nos termos do artigo 32, da Lei nº 17.433/20 e instituiu a Comissão Especial de Transição Institucional de Limpeza Urbana. Outrossim, o Decreto nº 60.941, de 23 de dezembro de 2021, dispõe sobre a inventariança e a transferência de direitos, obrigações e de bens da AMLURB, especificou as competências definidas no Decreto nº 60.353/21 e alterou disposições.

Ainda conforme a Lei nº 17.433/2020, que dispõe sobre a reorganização da Administração Pública Municipal Indireta, incluindo a criação e a extinção de entidades, está autorizado ao Poder Executivo a realizar a extinção; do Serviço Funerário do Município de São Paulo – SFMSP, da Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia – FUNDATEC e da São Paulo Turismo S.A. – SPTURIS.

Em 18/11/2021 houve a publicação da Emenda nº 41 à Lei Orgânica do Município de São Paulo, que estabeleceu regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo, de acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 103/2019.

A referida Emenda nº 41/2019 dispõe em seu artigo 36 que, até que entre em vigor lei que equacione o déficit financeiro e atuarial de que trata o §1º do art. 9º da EC 103/2019, o RPPS do Município de São Paulo fica reorganizado e financiado, mediante a segregação em dois planos de custeio, sendo um fundo de repartição simples e outro de capitalização. Assim, foram criados o Fundo Financeiro – FUNFIN (§ 4º do art. 36) e Fundo Previdenciário – FUNPREV (§ 8º do art. 36). Além disso, em 18/03/2022 houve a publicação do Decreto nº 61.151 que dispõe sobre o custeio do RPPS dos servidores públicos de São Paulo e a adesão ao Regime de Previdência Complementar.

Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto, tem a pauta em alta prioridade. Por ora, os demonstrativos consolidados evidenciam a somatória das transações das entidades, seja com terceiros, seja entre entidades pertencentes à esfera municipal. Além de alterações no Sistema SOF para eliminação das transações recíprocas, existe a necessidade de alinhamento de processos, de forma a possibilitar a correlação dos registros nas entidades envolvidas nas operações intragovernamentais.

As demonstrações desta Nota Explicativa são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Todas as demonstrações contábeis se referem ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis constantes nesta Nota Explicativa foram elaboradas de acordo com as orientações contidas na Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 1.131/2021, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Estas Notas Explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

2.2 Cisões, Fusões, Incorporações, Transformações, Liquidações de Empresas Municipais

A relação das empresas municipais dependentes e independentes e respectivo percentual de participação acionária da PMSP estão demonstradas no quadro do cálculo da atualização de Investimentos Permanentes pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP na Nota 10 - Investimentos do Balanço Patrimonial.

2.3 Resumo das Principais Políticas Contábeis

a) Disponibilidades: O Caixa e Equivalente de Caixa é mensurado ou avaliado pelo valor original e as aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

b) Créditos e Obrigações: São mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são adicionados de atualização monetária, juros, multas e demais acréscimos previstos em normativos legais. As contas Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

c) Estoques: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação dos estoques é o custo médio ponderado.

d) Investimentos Permanentes: As participações em empresas sobre as quais o Município tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as da competência outubro de 2022.

e) Imobilizado: De acordo com o artigo 11 do Decreto nº 53.484/2012 e alterações introduzidas pelos Decretos nº 56.214/2015 e nº 59.822/2020, o valor do registro de bens móveis será feito pelo valor de aquisição e, na sua falta, pelo valor justo, considerando para este último o desgaste físico, pelo uso ou não, geração de benefícios futuros, limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e obsolescência tecnológica.

Com a publicação da Portaria SF nº 339 de 02 de dezembro de 2021, houve mudanças no critério de reconhecimento e registro patrimonial dos bens móveis, devendo ser cadastrados no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM os bens móveis com valor igual ou superior a R\$ 800,00 (oitocentos reais), sem prejuízo das demais hipóteses definidas no art. 3º do Decreto nº 53.484, de 19 de outubro de 2012.

Os bens móveis cadastrados no SBPM e que não atendam ao disposto no art. 1º, da referida Portaria deverão ser baixados no sistema pela unidade orçamentária responsável pela custódia do bem, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação da Portaria. Portanto, a partir do exercício de 2021 e até que não ocorra a totalidade das baixas dos bens nas condições anteriores (cujos valores estejam entre R\$ 326,61 e R\$799,99), coexistirá os dois critérios de reconhecimento de bens móveis.

A Portaria SF nº 90, de 20 de abril de 2022, normatiza que as aquisições de material permanente cujo valor for de R\$ 350,00 ou inferior, deverão ser consideradas como material de consumo, onerando a despesa correspondente. Cabe ressaltar que alguns critérios trazidos pela norma são em função de limitação sistêmica, sendo alterado tão logo haja a instituição do novo sistema, respeitando a norma sobre mudança de política contábil, NBCTSP 23.

f) Vida Útil dos Bens Móveis: O critério de vida útil adotado para os bens móveis da Prefeitura do Município de São Paulo registrados no sistema SBPM é definido por meio da convergência do percentual de depreciação atribuído a cada grupo contábil, instituído no Anexo Único do Decreto nº 56.214/2015.

g) Intangível: O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade.

É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

h) Depreciação, Amortização e Exaustão: A Administração Pública Direta do Poder Executivo começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens móveis, a partir do exercício contábil de 2015, mais precisamente no mês de dezembro, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida com a publicação da Portaria SF nº 262/2015.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes. A depreciação tem início a partir do 1º dia do mês subsequente à data do registro do bem no SBPM.

A Administração Pública Direta do Poder Executivo, começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens imóveis no exercício contábil de 2022, mais precisamente no mês de março.

i) Desvinculação das Receitas Municipais – DRM: Durante o exercício financeiro de 2022, o Município de São Paulo aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016 e o Decreto Municipal nº 57.380, de 13 de outubro de 2016 com alterações trazidas pelo Decreto 60.774 de 16 de novembro de 2021, em seu inciso IV, artigo 2º, com a finalidade de também excetuar parte da desvinculação das receitas oriundas das doações ao Fundo Municipal do Idoso – FMID e ao FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e Adolescente.

A Secretaria Municipal da Fazenda editou as Portarias SF nº 206, de 08 de setembro de 2022 e nº 09 de 23 de janeiro de 2023, totalizando o montante de receitas desvinculadas no valor de R\$ 518,63 milhões.

2.4 Base de Preparação

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando ações para convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e também nos prazos de obrigatoriedade para registros contábeis apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015. Visando implantação dos PCP, foram realizados estudos com o intuito de atender à referida Portaria e melhorar os procedimentos internos e/ou sistemas, contribuindo para a transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

As ações realizadas para melhoria de procedimentos internos estão apresentadas no item 3 - Ações de Melhoria nos Processos e Sistema. O quadro a seguir apresenta o Cronograma dos Procedimentos Contábeis desta Prefeitura e respectivos detalhes das ações que se encontram em implementação e em estudo:

PCP - Portaria STN 548/2015- Ordem cronológica para municípios com mais de 50 mil habitantes	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação - PMSP
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Imediato	Implementado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Implementado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	Em implementação
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	Em estudo
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	Em estudo
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	Implementado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	Em estudo
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	Não iniciado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado

Item 1 – Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições

A Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Subsecretaria da Receita – SUREM, desenvolveu o projeto Base de Dados dos Débitos Municipais – BDM, que contempla renovação dos sistemas de arrecadação tributária, com início e implementação pelo imposto IPTU, especificamente no que se refere à arrecadação, débito automático, parcelamentos administrativos, inscrição em dívida e controle e gerenciamento das suspensões de exigibilidade, que se encontram atualmente em produção.

Em razão do projeto do Novo IPTU ter sofrido atraso, devido à alta complexidade de regras e integrações envolvidas, a construção do fluxo de informações que permitiria o registro contábil por competência permaneceu fora do escopo do grupo de trabalho, o que prejudicou o atendimento ao disposto na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

Em 20/05/2021, o projeto novo IPTU foi formalmente declarado finalizado por meio do **Despacho interno SF/COTEC/DEPRO** (documento SEI nº 044538579, processo SEI nº 6017.2017/0043078-4), no entanto não houve tempo hábil para a construção do Documento

Visão de Negócios, que contemplaria estudos dos eventos tributários para o desenvolvimento do roteiro contábil para o registro do crédito do IPTU por competência (com base no projeto Novo IPTU), inicialmente para o exercício de 2021.

Em paralelo, foi autuado pelo Departamento de Contadoria – DECON, o processo SEI nº 6017.2019/0034542-0 requisitando a inclusão dos registros contábeis dos créditos tributários (impostos municipais) por competência no escopo do novo projeto GDM Cobrança de Débitos Municipais (vencidos e não vencidos). No processo SEI nº 6017.2022/0002375-4, autuado pelo DECON, encontra-se o histórico e os detalhes das justificativas expostas nesta nota explicativa.

Em 30/06/2022 foi publicada a Portaria SF nº 156/2022 que constituiu Grupo de Trabalho - GT para estudar, elaborar e apresentar proposta, em forma de pré-projeto, de sistematização de consolidação e de armazenamento das informações relacionadas ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, para o registro contábil patrimonial no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, cuja solução deverá considerar a possibilidade de expansão futura para a contabilização patrimonial de outras fontes de receita além do IPTU. O grupo apresentou a primeira versão do relatório para as chefias (documento SEI nº 075877659, processo SEI nº 6017.2022/0071679-2), a qual ainda está em discussão.

Item 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

Como medida de atendimento ao PCP nº 3, da Portaria STN nº 548/2015, afirmamos que este DECON vem, desde 2017, mapeando as receitas inerentes aos créditos não tributários, bem como a origem das respectivas informações que se encontram difusas por toda estrutura da Prefeitura do Município de São Paulo, salientando que muitos créditos não possuem sistema de controle, sendo reconhecidos apenas quando da sua arrecadação, dificultando meios de automatização de contabilização do crédito, seu movimento e principalmente de sua baixa.

Em 2019, a Secretaria Municipal da Fazenda publicou a Portaria SF nº 107, de 30 de abril de 2019, que dispõe sobre os registros contábeis de receitas não tributárias. Cabe observar que os motivos pelos quais o registro dos referidos créditos continua em desacordo com as normas contábeis vigentes são: descentralização da gestão de valores a receber, administrados pelas diversas pastas municipais; ausência de integração entre o SOF (administrado por SF) e os variados sistemas utilizados para o controle dos créditos não tributários por outras pastas; ausência de sistema, em alguns casos, sendo tais créditos controlados manualmente em planilhas de Excel; escassez de contadores treinados, nas unidades de origem, para identificação e análise da documentação que suporta tais créditos e para a correta construção dos fluxos de informação.

Tendo em vista a descentralização do controle, a necessidade de envolvimento de diversas áreas no processo e a dificuldade de estabelecimento de rotina de envio de informações com qualidade para o setor contábil, a Divisão de Contabilidade – DICON, em conjunto com o Departamento de Contadoria – DECON, optaram por iniciar o desenvolvimento do fluxo de informações para o registro das multas de trânsito, geridas pela Secretaria de Mobilidade e Transporte – SMT, por representarem os créditos não tributários de maior volume e relevância no contexto da PMSP.

Em 2018 foi contabilizado o montante de R\$ 6,2 bilhões referente a multas de trânsito, sendo lançado contra a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por impossibilidade de se obter o detalhamento necessário, em tempo hábil, dos valores relativos a 2018 e exercícios anteriores. No exercício de 2022, assim como ocorrido nos exercícios posteriores a 2018, tal valor foi atualizado por diferença em 31/12/2022, atingindo aproximadamente R\$ 8,0 bilhões. Os trabalhos desenvolvidos para se obter o detalhamento necessário, de forma tempestiva e com confiabilidade das informações não foram concluídos, conforme observa-se no processo SEI nº 6017.2018/0015290-5.

Item 6 – Evidenciação de Ativos e Passivos Contingentes em Contas de Controle e em Notas Explicativas.

O sistema existente na PMSP para atender às demandas de registro e gestão de processos judiciais pela Procuradoria Geral do Município, denominado Sistema Integral de Ações Judiciais – SIAJ, atualmente não dispõe de funcionalidades que permitam o registro contábil de passivos contingentes, portanto foi sugerido pelo DECON, melhoria do Sistema que constam no Processo SEI nº 6017.2019/0043584-4 objetivando o atendimento da Portaria STN nº 548/2015.

Item 7 – Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação Bens Móveis e Imóveis

Os Bens Imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais da Administração Direta do Poder Executivo, são gerenciados pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio – CGPATRI – unidade pertencente atualmente à Secretaria Municipal de Gestão.

O Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI está em sua terceira fase de desenvolvimento, que compreende as rotinas de alienação e cessão. Em março de 2022 foi implantado o módulo de contabilidade, momento em que os bens imóveis reconhecidos em 2020 foram atualizados monetariamente e passaram a ser depreciados.

A referida atualização foi processada tendo como contrapartida a conta Reserva de Reavaliação, no valor de R\$ 3.428.910.923,00, sendo que tal lançamento encontrou respaldo em uma orientação obtida em relatório parcial de fiscalização do Tribunal de Contas do

Município de São Paulo, toda tratativa foi registrada em processo SEI nº 6017.2022/0074280-7. Apesar do registro realizado, o Departamento de Contadoria continua estudando o lançamento efetuado, de modo a consolidar o entendimento de que este procedimento realmente se configura como reavaliação.

O Decreto nº 60.246/2021, de 14 de maio de 2021, que institui o Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI no âmbito da Administração Direta do Município de São Paulo, prevê a validação dos dados pela área competente, no entanto, até o momento não ocorreu esta validação e nem o envio dos dados referentes ao acervo imobiliário municipal. Atualmente a Prefeitura de São Paulo tem o registro de 1.684 bens imóveis, sendo eles bens de uso especial e dominical, o que representa uma pequena fração do patrimônio existente.

Item 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)

A PMSP, SPCINE, AMLURB, SPTURISMO e SPURBANISMO, TCM e CMSP reconhecem as obrigações decorrentes de benefícios a empregados por competência. As demais entidades, no entanto, ainda não adotaram tal procedimento.

Item 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência

Foi desenvolvida no sistema SOF uma funcionalidade denominada “Obrigações por Competência”, para registro das despesas cujo fato gerador tenha ocorrido, independente da execução orçamentária. A sua operacionalização iniciou-se no segundo semestre de 2019, com os registros, pelas unidades orçamentárias, dos passivos com despesas de exercícios anteriores que, por falta de cobertura orçamentária ou cancelamento de empenhos, não se encontravam registrados no sistema SOF. A plena implementação da funcionalidade para todas as movimentações orçamentárias depende de profundas alterações estruturais no sistema e nas rotinas das unidades orçamentárias.

Portanto para a adaptação da referida ferramenta, fez-se necessária a parametrização dos lançamentos contábeis por meio da tabela de integração de eventos, especificamente com a criação do evento 13 – denominado de compromissos a pagar. A parametrização dos lançamentos contábeis e consequente implementação de obrigatoriedade dos elementos/itens de despesa na ferramenta “compromissos a pagar” está ocorrendo de forma escalonada por elemento/item de despesa, conforme cronograma instituído, com término previsto para abril de 2023, em razão de características distintas para o reconhecimento do fato gerador, para a verificação de divergências nos lançamentos e contemplação progressiva dos demais elementos/itens de despesa. Atualmente faltam apenas dois elementos de despesas para serem inseridos na ferramenta obrigações por competência-compromissos a

pagar, a saber: 71- Principal da Dívida Contratual resgatado e 85- Contrato de Gestão, devido à necessidade de estudos mais aprofundados nos impactos dos registros contábeis.

Para orientação às Unidades Orçamentárias houve a publicação da Portaria SF nº 274, de 06 de outubro de 2021, e a elaboração do Manual Cadastro de Obrigações por Competência, disponível no link a seguir e publicação:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/manual_-_cadastro_de_obrigacoes_por_competencia_1633355492.pdf

Os principais saldos contábeis dos passivos permanentes relativos aos registros de obrigações com fornecedores por competência, seguem abaixo:

em R\$				
Conta Contábil	Descrição	Saldo em 2022	Saldo em 2021	Variação %
2.1.3.1.1.01.02.000.000.000.000.000	Fornecedores não Parcelados a Pagar (P)	459.378.367,61	458.128.605,77	0,3%
2.1.3.1.1.03.01.02.000.000.000.000.000	Contas não Parceladas a pagar (P)	97.010.434,70	42.009.198,01	130,9%
2.1.8.9.1.01.02.02.000.000.000.000.000	Indenizações e Restituições Diversas (P)	191.325.346,28	34.132.370,13	460,5%
2.1.8.6.1.02.02.00.000.000.000.000.000	Obrigações Decorrentes da Contraprestação de Serviços em Contratos de PPP (P)	101.515.226,54	32.566.754,35	211,7%
2.1.8.9.2.01.06.00.000.000.000.000.000	Indenizações e Restituições - Doação de Órgãos (P)	19.314.030,28	18.490.105,25	4,5%
2.1.3.1.2.01.02.00.000.000.000.000.000	Fornecedores não Financiados a Pagar (P)	32.407.405,45	516.253,13	6177,4%
2.1.1.1.1.06.06.00.000.000.000.000.000	Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (P)	2.702.783,75	271.320,01	896,2%
2.1.3.1.1.10.13.00.000.000.000.000.000	Bloqueios Judiciais (P)	31.224,72	233.418,95	-86,6%
2.1.1.4.3.98.01.00.000.000.000.000.000	Outros Encargos Sociais (P)	49,64	133.734,00	-100,0%
2.1.1.2.1.01.02.00.000.000.000.000.000	Benefícios Previdenciários a Pagar (P)	25.045,34	21.046,50	19,0%
2.1.8.9.1.12.02.02.000.000.000.000.000	Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento - Construção de Estádio na Zona Leste SP (P)	145.411.500,00	-	0,0%
2.1.1.4.2.01.11.00.000.000.000.000.000	Contribuição Previdenciária - FUNPREV - Pessoal Ativo (P)	210.076,43	-	0,0%
2.1.1.4.2.01.13.00.000.000.000.000.000	Contribuição Previdenciária - FUNFIN - Pessoal Ativo (P)	3.882.543,77	-	0,0%
Total		1.053.214.034,51	586.502.806,10	79,6%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As movimentações ocorridas no exercício de 2022, relativas aos registros das obrigações com fornecedores por competência, podem ter a sua contrapartida registrada em: (I) Ajuste de exercícios Anteriores – AJEA para despesas ocorridas em anos anteriores, (II) Despesas do Exercício ou por ventura em (III) conta de Ativo. Em 2022, houve a implementação de quase a totalidade dos elementos de despesa na ferramenta – obrigações por competência-compromissos a pagar, portanto, praticamente todas as despesas do exercício teve origem neste registro orçamentário. Por ora, detalhamos os valores de origem do evento 13- obrigações por competência na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores:

- **Ajuste de Exercícios Anteriores:** totalizaram o montante de R\$ 1,39 bilhões (devedor). Os registros de AJEA de origem relacionadas ao evento 13 (obrigações por competência) teve como destaque a PMSP com movimentação líquida em 2022 de R\$ 479,32 milhões (devedor) e a empresa SP TURIS com movimentação líquida em 2022 de R\$ 24,78 milhões (devedor).

Item 15 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação de *softwares*, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável

No dia 21/01/2021 foi decidido pelo Comitê de projetos da SF a aquisição de um novo sistema que irá gerenciar e controlar os bens móveis e intangíveis do Município de São Paulo,

sendo assim, o SBPM não será mais customizado para atender a este registro. Atualmente, encontra-se em elaboração do Edital para a licitação da aquisição do sistema.

Para iniciar o atendimento ao cronograma do plano implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, Portaria STN nº 548/2015 - PIPCP, foi reconhecido de forma manual os intangíveis pertencentes à SF, considerados como licença e softwares, com vida útil definida.

Os registros foram realizados com base em arquivos encaminhados pela Coordenadoria de Tecnologia - COTEC, somando 390 licenças que estão em uso pela Secretaria, conforme processo SEI nº 6017.2021/0068544-5.

No exercício de 2022 foi retomado o projeto de aquisição do novo sistema para controle e gerenciamento de bens imóveis e intangíveis, e atualmente o termo de referência encontra-se em análise pela área de licitação. Espera-se que a implantação do novo sistema ocorra no exercício de 2023, dessa forma, durante o exercício de 2022, não houve alteração em relação aos bens intangíveis e estes não sofreram amortização. Com o novo sistema haverá uma reavaliação destes bens, bem como a definição de metodologia específica para o reconhecimento e mensuração.

Item 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.

Atualmente, estão registrados no grupo de Investimentos as Participações Permanentes segregadas em: i) participações avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) correspondente às empresas COHAB, PRODAM, SPDA, SP Parcerias, SPTurismo, SPUrbanismo, SP Cine, CET, SPTrans e SP Obras e ii) participações avaliadas pelo Método de Custo com destaque para a conta de “Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis”. Maiores informações sobre o item encontram-se detalhadas na Nota Explicativa nº 10 – Investimentos, do Balanço Patrimonial.

2.5 Balanço Orçamentário

Nota 1 – Lei Orçamentária Anual - LOA

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964, com a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo, aprovado para o exercício de 2022, por meio da Lei Municipal nº 17.728, de 27 de dezembro de 2021, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 82,8 bilhões. O referido orçamento compreende o Orçamento Fiscal

Consolidado referentes aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Nota 2 – Reestimativa da Receita

No exercício de 2022 ocorreram reestimativas de receitas no montante de R\$ 8,3 bilhões, resultando em uma Previsão Atualizada da Receita Consolidada de R\$ 91,0 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

Previsão Inicial (LOA)			Reestimativas de Receita		Previsão Atualizada
Receitas Correntes	R\$ 77.202.705.727		R\$ 7.717.937.613		R\$ 84.920.643.340
Receitas de Capital	R\$ 5.555.809.963	+	R\$ 567.400.660	=	R\$ 6.123.210.623
Total	R\$ 82.758.515.690		R\$ 8.285.338.273		R\$ 91.043.853.963

As reestimativas de receitas ocorridas no exercício de 2022 referem-se às rubricas elencadas no quadro a seguir, sendo que a Administração Direta totalizou R\$ 7,6 bilhões e a Administração Indireta totalizou R\$ 662,7 milhões:

				em R\$
Categoria	Origem	Rubrica		Reestimativas de Receita
	Corrente	Receita Tributária	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	285.447.521,26
	Corrente	Receita Tributária	TOTAL PARCELAMENTO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL	149.643.773,35
	Corrente	Receita Tributária	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	2.380.902.331,36
	Corrente	Receita Tributária	ISS - SIMPLES NACIONAL	296.201.257,70
	Corrente	Receita Patrimonial	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRECATÓRIOS	72.380.669,48
	Corrente	Receita Patrimonial	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	1.578.322.480,64
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO- COMBATE AO COVID-19	25.206.200,00
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSF RECURSO AUX. CUSTEIO GRATUIDADE P. IDOSAS TRANSP PUBL. COLETIVO	160.479.073,38
	Corrente	Transferências Correntes	COTA-PARTE DO ICMS	916.933.719,33
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIAS ADVINDAS DE EMENDAS PARLAMENTARES - CONVÊNIO FMS X EST	21.762.480,00
	Corrente	Transferências Correntes	CONVÊNIO SEME - ESTADO	52.666.918,00
Adm. Direta	Corrente	Transferências Correntes	CONVÊNIO FMAS X ESTADO	125.000,00
	Corrente	Transferências Correntes	FMAS	6.186.336,67
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FMS	31.800.000,00
	Corrente	Transferências Correntes	COMPENSAÇÃO DAS PERDAS DE ARRECADADO DO ICMS	130.791.284,32
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - UNIÃO	169.350.743,11
	Corrente	Transferências Correntes	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - ESTADO	777.015.922,75
	Capital	Amortização de Empréstimos	AMORTIZAÇÃO - CONTRATO DE CONFISSÃO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS	214.494.588,45
	Capital	Transferências de Capital	TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS - SEME X UNIÃO	1.956.000,00
	Capital	Transferências de Capital	CONVÊNIO FMAS X ESTADO	2.095.000,00
	Capital	Outras Receitas de Capital	OUTORGA ONEROSA COTA SOLIDARIEDADE - FUNDURB	13.146.692,05
	Capital	Outras Receitas de Capital	OUTORGA ONEROSA - PLANO DIRETOR - DIREITO DE CONSTRUIR - FUNDURB	335.362.891,27
	Capital	Outras Receitas de Capital	DESISTÊNCIA/EXCESSO DE DESAPROPRIAÇÕES - FUNDURB	345.488,35
Adm. Indireta	Corrente - Intra	Contribuições Intraorçamentárias	CPSSS PATRONAL DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PMSP	550.000.000,00
	Corrente - Intra	Receita de Serviços Intraorçamentária	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - SP TURISMO	110.000.000,00
	Corrente - Intra	Transferências Correntes Intraorçamentárias	CONVÊNIO FUNDATEC X SME	2.721.901,33
				8.285.338.272,80

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 3 – Utilização do Superavit Financeiro

No exercício de 2022, observa-se a abertura de créditos adicionais por Superavit Financeiro no montante de R\$ 10,2 bilhões, que representou um acréscimo de 12,3% nas dotações iniciais previstas na LOA. Segregando estes tipos de créditos por empresa, observa-se que a Administração Direta totalizou R\$ 9,1 bilhões e a Administração Indireta totalizou R\$ 1,1 bilhão, conforme demonstrado a seguir:

Despesa	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado
Dotação Inicial	R\$ 68.312.176.424	R\$ 14.446.339.266	R\$ 82.758.515.690
(-) Redução Orçamentária	-R\$ 13.431.037.174	-R\$ 11.647.279.971	-R\$ 25.078.317.145
(+) Suplementação Orçamentária	R\$ 13.724.742.624	R\$ 11.353.574.522	R\$ 25.078.317.145
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro	R\$ 9.065.303.320	R\$ 1.140.658.256	R\$ 10.205.961.576
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	R\$ 7.241.148.600	R\$ 1.044.189.673	R\$ 8.285.338.273
Dotação Atualizada	R\$ 84.912.333.794	R\$ 16.337.481.745	R\$ 101.249.815.539

Empresa	Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro
Administração Direta	R\$ 9.065.303.320
Prefeitura do Município de São Paulo	R\$ 9.065.303.320
Administração Indireta	R\$ 1.140.658.256
Cinema e Audiovisual de São Paulo	R\$ 4.999.000
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	R\$ 18.572.585
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	R\$ 1.931.553
Fundo Municipal de Habitação	R\$ 353.864.274
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	R\$ 635.293.568
Fundo Previdenciário	R\$ 800.000
São Paulo Turismo	R\$ 69.212.575
São Paulo Urbanismo	R\$ 6.982.828
Serviço Funerário do Município de São Paulo	R\$ 49.001.874
Total	R\$ 10.205.961.576

Nota 4 – Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Crédito

Na execução da despesa orçamentária do exercício de 2022, observa-se um acréscimo de R\$ 18,5 bilhões na comparação da Dotação Inicial da despesa fixada na LOA (R\$ 82,8 bilhões) com a Dotação Atualizada (R\$ 101,2 bilhões). Este acréscimo decorre do confronto da Redução X Suplementação Orçamentária no montante de R\$ 25,1 bilhões, da Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro no valor de R\$ 10,2 bilhões e da Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 8,3 bilhões.

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Redução Orçamentária	Suplementação Orçamentária *	Dotação Atualizada
Despesas Correntes	R\$ 71.455.572.889	-R\$ 21.062.190.901	R\$ 33.712.671.597	R\$ 84.106.053.585
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 30.677.817.938	-R\$ 12.307.584.168	R\$ 15.259.017.543	R\$ 33.629.251.313
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 1.258.831.404	-R\$ 782.299.149	R\$ -	R\$ 476.532.255
Outras Despesas Correntes	R\$ 39.518.923.547	-R\$ 7.972.307.584	R\$ 18.453.654.054	R\$ 50.000.270.017
Despesas de Capital	R\$ 11.302.941.801	-R\$ 4.016.126.244	R\$ 9.856.945.397	R\$ 17.143.760.954
Investimentos	R\$ 7.299.519.147	-R\$ 1.624.902.020	R\$ 9.361.908.435	R\$ 15.036.525.562
Inversões Financeiras	R\$ 18.849.916	-R\$ 18.840.916	R\$ 334.279.042	R\$ 334.288.042
Amortização da Dívida	R\$ 3.984.572.738	-R\$ 2.372.383.309	R\$ 160.757.920	R\$ 1.772.947.349
Reserva de Contingência	R\$ 1.000	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.000
Total	R\$ 82.758.515.690	-R\$ 25.078.317.145	R\$ 43.569.616.994	R\$ 101.249.815.539

* Contempla os valores de R\$ 25.078.317.145,17 de Redução/Suplementação Orçamentária + R\$ 10.205.961.576,14 de Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro + R\$ 8.285.338.272,81 de Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

No detalhamento da execução por Grupo de Natureza da Despesa, observa-se uma economia orçamentária de R\$ 10,2 bilhões na comparação da Dotação Atualizada com as Despesas Empenhadas, representando um percentual de execução de 90,0%.

Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Saldo	% de Execução
Despesas Correntes	R\$ 84.106.053.585	R\$ 80.509.718.042	R\$ 3.596.335.543	95,7%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 33.629.251.313	R\$ 32.454.721.482	R\$ 1.174.529.831	96,5%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 476.532.255	R\$ 162.254.611	R\$ 314.277.644	34,0%
Outras Despesas Correntes	R\$ 50.000.270.017	R\$ 47.892.741.949	R\$ 2.107.528.068	95,8%
Despesas de Capital	R\$ 17.143.760.954	R\$ 10.578.622.161	R\$ 6.565.138.793	61,7%
Investimentos	R\$ 15.036.525.562	R\$ 8.863.675.997	R\$ 6.172.849.566	58,9%
Inversões Financeiras	R\$ 334.288.042	R\$ 315.438.126	R\$ 18.849.916	94,4%
Amortização da Dívida	R\$ 1.772.947.349	R\$ 1.399.508.038	R\$ 373.439.311	78,9%
Reserva de Contingência	R\$ 1.000	R\$ -	R\$ 1.000	0,0%
Total	R\$ 101.249.815.539	R\$ 91.088.340.203	R\$ 10.161.475.336	90,0%

Nota 5 – Superavit Orçamentário

Na execução orçamentária consolidada de 2022, as Receitas Arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 92,6 bilhões e as Despesas Empenhadas totalizaram R\$ 91,1 bilhões. O confronto das Receitas Realizadas com as Despesas Empenhadas resultou em um Superavit Orçamentário de R\$ 1,5 bilhão.

Analisando detalhadamente o resultado orçamentário apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 6,7 bilhões, enquanto a Administração Indireta apresentou um resultado deficitário de R\$ 5,2 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

em R\$			
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2022
Receitas Realizadas	82.316.291.463,95	10.276.606.921,92	92.592.898.385,87
Receitas Correntes	78.329.159.026,79	10.219.125.558,38	88.548.284.585,17
Receitas de Capital	3.987.132.437,16	57.481.363,54	4.044.613.800,70
Despesas Empenhadas	75.574.533.547,47	15.513.806.655,89	91.088.340.203,36
Despesas Correntes	65.194.725.571,22	15.314.992.471,18	80.509.718.042,40
Despesas de Capital	10.379.807.976,25	198.814.184,71	10.578.622.160,96
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	6.741.757.916,48	(5.237.199.733,97)	1.504.558.182,51

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Segregando o resultado orçamentário por empresa, destaca-se o superavit de R\$ 7,8 bilhões na PMSP e o deficit de R\$ 1,7 bilhões no IPREM, detalhado a seguir:

em R\$

Empresa	Receitas Arrecadadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Administração Direta	82.316.291.463,95	75.574.533.547,47	6.741.757.916,48
Prefeitura do Município de São Paulo	82.309.495.315,55	74.538.368.623,67	7.771.126.691,88
Câmara Municipal de São Paulo	-	676.139.337,36	(676.139.337,36)
Fundo Especial de Despesas da Câmara Municipal de São Paulo	5.462.182,19	840.863,17	4.621.319,02
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-	358.825.982,69	(358.825.982,69)
Fundo Especial de Despesas do Tribunal de Contas	1.333.966,21	358.740,58	975.225,63
Administração Indireta	10.276.606.921,92	15.513.806.655,89	(5.237.199.733,97)
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	177.157,84	24.510.197,51	(24.333.039,67)
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	34.502,72	6.030.471,18	(5.995.968,46)
Cinema e Audiovisual de São Paulo	9.629.281,37	25.430.530,50	(15.801.249,13)
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	72.826.146,80	146.677.362,27	(73.851.215,47)
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	3.223.947,80	27.661.596,75	(24.437.648,95)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	81.735,84	129.633.875,13	(129.552.139,29)
Fundo Financeiro - FUNFIN	4.677.011.917,81	4.576.266.845,96	100.745.071,85
Fundo Previdenciário - FUNPREV	3.603.622.144,27	4.657.258.534,58	(1.053.636.390,31)
Fundo Municipal de Habitação	24.958.705,21	256.544.208,70	(231.585.503,49)
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	251.010.873,78	1.785.655.593,61	(1.534.644.719,83)
Hospital do Servidor Público Municipal	13.198.063,70	417.257.291,71	(404.059.228,01)
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1.146.273.955,73	2.833.189.768,12	(1.686.915.812,39)
São Paulo Turismo	278.363.614,12	390.700.583,40	(112.336.969,28)
São Paulo Urbanismo	43.625.085,43	40.617.817,27	3.007.268,16
Serviço Funerário do Município de São Paulo	152.569.789,50	196.371.979,20	(43.802.189,70)
(=) Superavit / Deficit Orçamentário Consolidado	92.592.898.385,87	91.088.340.203,36	1.504.558.182,51

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 6 – Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As Receitas Intraorçamentárias são classificadas nas categorias 7.0. Receitas Correntes e 8.0. Receitas de Capital. Em 2022, as Receitas Intraorçamentárias arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 6,8 bilhões, conforme demonstração a seguir:

em R\$

Receitas Intraorçamentárias	Arrecadadas em 2022	% s/ Total
Receitas Correntes	6.793.453.858,45	99,7%
Receita Tributária	190.563,85	0,0%
Receita de Contribuições	4.000.312.707,11	58,7%
Receita Patrimonial	6.353.916,28	0,1%
Receita de Serviços	276.673.005,89	4,1%
Transferências Correntes	2.721.901,33	0,0%
Outras Receitas Correntes	2.507.201.763,99	36,8%
Receitas de Capital	18.585.246,25	0,3%
Alienação de Bens	7.287.000,00	0,1%
Transferências de Capital	11.298.246,25	0,2%
Total	6.812.039.104,70	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

As Despesas Intraorçamentárias são classificadas na modalidade 91 e, no exercício de 2022, apresentaram um total pago de R\$ 6,9 bilhões, contendo R\$ 6,8 bilhões da execução orçamentária do exercício e R\$ 0,1 bilhão de Restos a Pagar inscritos em exercício anteriores e pagos em 2022.

Despesas Intraorçamentárias	em R\$	
	Pagas em 2022	% s/ Total
Despesas Modalidade 91 - Execução Orçamentária 2022	6.800.528.946,91	99,1%
<u>Despesas Correntes</u>	<u>6.768.436.186,87</u>	<u>98,6%</u>
Pessoal e Encargos Sociais	4.052.969.563,89	59,1%
Outras Despesas Correntes	2.715.466.622,98	39,6%
<u>Despesas de Capital</u>	<u>32.092.760,04</u>	<u>0,5%</u>
Investimentos	32.092.760,04	0,5%
Despesas Modalidade 91 - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2022	61.967.559,98	0,9%
<u>Despesas Correntes</u>	<u>55.833.444,41</u>	<u>0,8%</u>
Pessoal e Encargos Sociais	13.050.523,16	0,2%
Outras Despesas Correntes	42.782.921,25	0,6%
<u>Despesas de Capital</u>	<u>6.134.115,57</u>	<u>0,1%</u>
Investimentos	6.134.115,57	0,1%
Total	6.862.496.506,89	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Na comparação das Receitas Intraorçamentárias com as Despesas Intraorçamentárias observa-se uma pequena diferença de R\$ 50,5 milhões, no entanto, o equilíbrio nas operações intraorçamentárias se manteve em 99,3%, parte desta diferença refere-se às operações da Prefeitura de São Paulo com a Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A – SPCINE.

Nota 7 – Restos a Pagar não Processados Liquidados

Para o controle dos Restos a Pagar não Processados Liquidados, a Prefeitura de São Paulo adota o procedimento de mantê-los neste status, não transferindo o saldo para o status de “processados”.

Nota 8 – Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (RAEA)

No exercício de 2022 não houve a previsão na LOA para Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores – RAEA.

Nota 9 – Conciliação do Resultado Orçamentário com os Fluxos de Caixa Líquidos

A conciliação do Resultado Orçamentário com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, é obtida por meio da adição e subtração de valores que afetaram o resultado orçamentário sem influenciarem na geração líquida de caixa ou de valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa:

em R\$	
Conciliação do Resultado Orçamentário x Fluxos de Caixa Líquidos	Exercício 2022
Resultado Orçamentário	1.504.558.182,51
(+) Restos a Pagar Processados inscritos no período (despesas liquidadas - despesas pagas)	413.824.271,98
(+) Restos a Pagar Não Processados inscritos no período (despesas empenhadas - despesas liquidadas)	9.791.591.606,99
(-) Restos a Pagar Processados pagos no período (inscritos em exercícios anteriores)	(266.301.126,48)
(-) Restos a Pagar Não Processados pagos no período (inscritos em exercícios anteriores)	(3.806.037.548,70)
(+) Outros Ingressos Operacionais (extraído da DFC)	51.681.530.373,65
(-) Outros Desembolsos Operacionais (extraído da DFC)	(52.600.896.367,52)
Fluxos de Caixa Líquidos (DFC)	6.718.269.392,43

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

em R\$	
Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC	Exercício 2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	9.188.893.380,71
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(3.188.608.903,82)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	717.984.915,54
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	6.718.269.392,43

2.6 Balanço Patrimonial

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Neste subgrupo destacam-se as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, no valor de R\$ 29,49 bilhões, representando 93,74% do valor total. As aplicações são realizadas em instituições financeiras oficiais, conforme políticas estabelecidas na Portaria SF nº 87/2012.

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo

Os Créditos a Curto Prazo são mensurados ou avaliados pelo valor original e aumentaram 10,55% em 2021, se comparados ao ano anterior e representam 10,58% do total do Ativo e 34,7% do total do Ativo Circulante. A composição dos Créditos de Curto Prazo é demonstrada na tabela a seguir, cuja conta Clientes apresenta montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas:

em R\$				
Créditos a Curto Prazo	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação %	% s/ Total
Clientes *	196.136.540,03	185.515.276,34	5,73%	1,1%
Créditos de Transferências a Receber	9.492.243,81	38.774.141,66	-75,52%	0,1%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	40.448,56	477.897,56	-91,54%	0,0%
Dívida Ativa Tributária	1.128.022.369,08	1.097.675.403,52	2,76%	6,6%
Dívida Ativa Não Tributária	35.568.809,41	23.915.634,32	48,73%	0,2%
Adiantamentos Concedidos	5.058.653,82	3.923.479,82	28,93%	0,0%
Tributos a Recuperar/Compensar	52.110.587,87	30.312.750,21	71,91%	0,3%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.296.591.621,56	5.658.593.998,88	28,95%	42,6%
Créditos Previdenciários a Receber	7.147.684,05	5.798.966,08	23,26%	0,0%
Outras Contribuições Previdenciárias a Receber	1.063,80	-	0,00%	0,0%
Outros Créditos a Receber	8.383.752.315,75	8.435.183.310,12	-0,61%	49,0%
Total	17.113.922.337,74	15.480.170.858,51	10,55%	100,0%

* Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: o grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que representa aproximadamente 42,6% dos Créditos a Receber, tem a seguinte composição:

I – Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015;

II – Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, por meio das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP.

Pelo regime especial, os entes que se encontravam em mora na quitação de precatórios vencidos na data da Emenda Complementar nº 62/2009, devem centralizar os pagamentos dos precatórios nos Tribunais de Justiça locais.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo: o grupo Outros Créditos a Receber representa 49,0% do total de Créditos a Receber a Curto Prazo e corresponde, em sua maioria, a créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, especificamente multas por infração de trânsito, controladas pelo Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Infrações de Trânsito – APAIT e gerenciadas pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes –SMT.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação %	em R\$
				% s/ Total
Débitos de Servidores Municipais	44.545.119,62	42.037.893,07	5,96%	0,5%
Débitos Pagos a Regularizar	132.629.341,16	116.589.854,24	13,76%	1,6%
Demais Créditos a Receber	154.596.915,85	130.748.927,79	18,24%	1,8%
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais	8.051.980.939,12	8.145.806.635,02	-1,15%	96,0%
Total	8.383.752.315,75	8.435.183.310,12	-0,61%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Clientes: este grupo apresenta o montante de R\$ 196,14 milhões e representa 1,1% do total dos Créditos a Receber, o qual corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 5,05 milhões, referente ao ajuste para perdas.

Créditos de Transferências a Receber: neste grupo foram registrados recursos do Tesouro Municipal utilizados, a título de adiantamento, para o pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com a expectativa de serem ressarcidos pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo.

No exercício de 2022 a PMSP adiantou R\$ 0,85 milhões e recebeu a título de ressarcimento R\$ 30,1 milhões.

em R\$

Empreendimentos ¹ - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Saldo em 2021	Adiantamento	Ressarcimento	Baixa	Saldo em 2022
Córrego Aricanduva	19.549.969,44	847.727,06	(20.397.696,50)	-	(0,00)
Córrego Paciência	17.775.839,58	-	(8.283.595,77)	-	9.492.243,81
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	1.448.332,64	-	(1.448.332,64)	-	0,00
Total	38.774.141,66	847.727,06	(30.129.624,91)	-	9.492.243,81

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEM/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio do Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromissos são firmados entre o Governo Federal e o Município.

Nota 3 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em 2022, o valor de Investimento Temporário de R\$ 46,19 milhões, referente aos investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com recursos previdenciários em Fundos de Investimentos e em Títulos do Tesouro, foram reclassificados para Aplicações Financeiras do grupo Caixa e Equivalente de Caixa.

Nota 4 – Estoques

Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O saldo de Estoques em 2022 é de R\$ 667,63 milhões e representa 1,4% total do Ativo Circulante. O grupo Estoques é dividido em Mercadorias para Revenda e Almoxarifado, sendo que Mercadorias para Revenda representa 1,60% do total dos Estoques e corresponde a produtos funerários destinados à revenda. O restante de Estoques corresponde a materiais utilizados na manutenção dos serviços do Município, com um saldo de R\$ 656,93 milhões, equivalente a 98,40% do total do grupo, com destaque para a conta medicamentos e materiais hospitalares (45,70%) e materiais a classificar (28,98%).

Nota 5 – Variações Patrimoniais Diminutivas –VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos antecipados de Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo. O montante deste grupo é de R\$ 8,38 milhões e representa menos de 0,02% do total do Ativo Circulante.

Nota 6 – Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no longo prazo e são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. As contas

Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

Os Créditos a Longo Prazo aumentaram 9,8% em 2022, se comparados ao ano anterior e, representam 46,4% do total do Ativo e 66,7% do total do Ativo Não Circulante. A composição dos Créditos de Longo Prazo é demonstrada na tabela a seguir:

Créditos a Longo Prazo	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação %	em R\$	
				% s/ Total	%
Clientes *	184.769.408,49	161.208.114,46	14,6%	0,2%	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	57.184.294,32	54.655.278,89	4,6%	0,1%	
Dívida Ativa Tributária *	57.957.941.201,80	52.637.695.663,12	10,1%	77,2%	
Dívida Ativa Não Tributária *	15.181.949.955,32	13.047.667.188,67	16,4%	20,2%	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.192.168.547,67	2.004.339.800,74	-40,5%	1,6%	
Créditos Previdenciários do RPPS	12.698.231,67	11.746.853,97	8,1%	0,0%	
Créditos a Longo Prazo Intra OFSS	454.970.245,48	423.267.010,91	7,5%	0,6%	
Créditos a Longo Prazo Inter OFSS- União	521.228,86	472.355,85	10,3%	0,0%	
Total	75.042.203.113,61	68.341.052.266,61	9,8%	100,0%	

* Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dívida Ativa: os grupos Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária, descontados os ajustes para perdas, representam, respectivamente, 77,2% e 20,2% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem a 97,5% do total de Créditos a Receber a Longo Prazo.

Desde 2018, a PMSP adota nova metodologia de apuração do ajuste da Dívida Ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT, instituído pela Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017. A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2017, decorreu da busca contínua pela real mensuração da expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística – MRL que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação, considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago.

Posteriormente, foi publicada a Portaria Conjunta PGM/SF nº 02, de 24 de junho de 2022, atualizada pela Portaria PGM/SF nº 03, de 24 de outubro de 2022, conforme processo SEI nº 6017.2022/0005612-1, para formalização de ato designando servidores da Procuradoria Geral do Município e da Divisão de Contabilidade para compor grupo de estudos destinado a

propor metodologia para qualificação dos créditos do Município inscritos em dívida ativa, de acordo com a sua real expectativa de geração de benefícios econômicos, resultando no reconhecimento contábil apenas da parcela que atenda aos critérios definidos na NBC TSP Estrutura Conceitual, bem como uma nova proposta de ajustes para perdas sobre a referida parcela, com objetivo de realizar estudos relacionados ao cálculo do provisionamento da dívida ativa, de forma a equacionar os seguintes pontos:

- i) Qualificação dos débitos inscritos em dívida ativa que atendam aos requisitos da NBCTSP (estrutura conceitual), com eventual desreconhecimento;
- ii) Indicação de tratamento a ser dado aos parcelamentos inscritos em Dívida Ativa;
- iii) Reestudo dos cálculos relacionados ao ajuste estimativo para perdas da Dívida Ativa; e
- iv) Aprimoramento dos quadros contábeis para permitir controle e classificação dos diversos eventos.

Na tabela abaixo é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2021 e 2022:

em R\$				
Dívida Ativa	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Tributária	57.957.941.201,80	52.637.695.663,12	10,1%	79,2%
Dívida Ativa Bruta	162.914.048.406,77	146.818.608.607,45	11,0%	222,7%
(-) Ajuste de Perdas	(104.956.107.204,97)	(94.180.912.944,33)	11,4%	-143,5%
Não Tributária	15.181.949.955,32	13.047.667.188,67	16,4%	20,8%
Dívida Ativa Bruta	18.890.435.788,24	17.340.085.693,66	8,9%	25,8%
(-) Ajuste de Perdas	(3.708.485.832,92)	(4.292.418.504,99)	-13,6%	-5,1%
Total da Dívida Ativa Líquida	73.139.891.157,12	65.685.362.851,79	11,3%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Houve desreconhecimento contábil extemporâneo de valores de Dívida Ativa, no montante de R\$ 2,77 bilhões por não atender aos requisitos de Ativo, em conformidade com os preceitos da NBC TSP Estrutura Conceitual, correspondente aos descontos de valores de acréscimos legais em Programas de Parcelamento, sujeitos ao cumprimento integral dos acordos, fundamentado em relatórios de Sistema de Parcelamentos SF9419, mantido em contas de controles contábeis e controles administrativos pertinentes, conforme relatório SDA – Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria Geral do Município-PGM.

Nota 7 – Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no longo prazo, com um montante apresentado em 2022 de R\$ 61,44 mil.

Nota 8 – Estoques a Longo Prazo

O saldo de R\$ 3,83 milhões, apresentado em 2022, equivale a 0,003% do Ativo Não Circulante e refere-se, em sua maioria, a valores de terrenos destinados às edificações da empresa COHAB.

Nota 9 – Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente a Longo Prazo

Representa os repasses de contribuição patronal ao Regime de Previdência Complementar – RPC à PREVCOM, por meio do convênio de adesão ao plano de benefícios SP Previdência (Cadastro Nacional de Plano de Benefícios – CNPB, nº 2019.003856), aprovado em 02/01/2020, tendo como partícipes: Administração Direta do Município de São Paulo e a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo –SP/PREVCOM.

Nota 10 – Investimentos

Os Investimentos tiveram variação positiva de 9% em 2022, se comparado ao ano anterior, representando 4,65% do total do Ativo e 6,69% do total do Ativo Não Circulante.

Investimentos	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação %	em R\$	
				% s/ Total	
Participações Permanentes	2.972.733.037,08	2.384.228.290,15	24,7%	39,5%	
Propriedades para Investimento	532.046.048,04	525.236.612,24	1,3%	7,1%	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	3.039.000,00	10.326.000,00	-70,6%	0,0%	
Demais Investimentos Permanentes	4.022.125.713,67	3.970.364.995,67	1,3%	53,4%	
Total	7.529.943.798,79	6.890.155.898,06	9,3%	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Participações Permanentes: compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas e estão segregadas em Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, a COHAB, a SPUrbanismo, SPTurismo e SP Cine são consideradas Empresas Públicas.

O critério para realização do MEP do exercício de 2022 consistiu na utilização dos balancetes das empresas controladas referente à competência outubro de 2022, excluído o

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital do Patrimônio Líquido das empresas e não os incluindo como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No próximo exercício será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial da competência dezembro de 2022 das empresas investidas.

Conforme MCASP 9ª edição, as participações em empresas, em que a Administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo MEP. O MEP será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo MEP, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas SPObras, SPTurismo, CET e SPTRANS, as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP nº 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2022:

em R\$										
	Empresa Investida	Posição em 31/12/2021 sem AFAC	Porcentagem Capital (b)	Patrimônio Líquido sem AFAC (c)	Cálculo MEP 2022 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2022	Distribuição Dividendos	Ajuste Exercício Anterior	Posição em 31/12/2022 sem AFAC
MEP - Empresas com PL positivo	COHAB	505.407.021	99,999998%	1.051.461.526	1.051.461.505	-	268.372.430	-	277.682.053	1.051.461.505
	SPDA	312.649.624	99,999998%	369.568.783	369.568.774	32.100.412	28.839.071	-	(4.020.334)	369.568.774
	SP URBANISMO	213.731.222	99,531261%	238.643.319	237.524.705	-	(4.181.649)	-	27.975.132	237.524.705
	PRODAM	75.458.593	99,999982%	144.639.995	144.639.970	-	15.892.645	-	53.288.731	144.639.970
	SP PARCERIAS	8.119.182	99,999995%	13.352.081	13.352.080	-	3.252.467	-	1.980.430	13.352.080
	SPCINE	6.007.627	100,000000%	8.338.749	8.338.749	-	1.638.879	-	692.243	8.338.749
	Total	1.121.373.271		1.826.004.453	1.824.885.783	32.100.412	313.813.844	-	357.598.256	1.824.885.783
MEP - Empresas com PL negativo	SP OBRAS	(15.680.429)	99,531261%	238.643.319	237.524.705	-	4.745.527	-	4.587.815	(6.347.086)
	SP TURIS	(57.779.339)	96,736313%	(89.403.962)	(86.486.096)	-	(18.083.355)	-	(10.623.402)	(86.486.096)
	CET	(163.216.219)	99,999994%	(172.286.625)	(172.286.615)	-	(40.993.784)	-	31.923.388	(172.286.615)
	SP TRANS	122.995.427	99,965527%	(62.739.462)	(62.717.834)	-	(184.586.960)	-	(1.126.300)	(62.717.834)
	Total	(113.680.559)		(85.786.730)	(83.965.840)	-	(238.918.572)	-	24.761.501	(327.837.631)
Investimentos avaliados pelo MEP	Total	1.007.692.712		1.740.217.723	1.740.919.943	32.100.412	74.895.272	-	382.359.756	1.497.048.152

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 1,82 bilhão (considerando o saldo final de 2021, os ajustes de exercício anterior decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2021 e movimentações como Investimentos), no comparativo com o saldo final de 2021 (R\$ 1,12 bilhão) observa-se que houve acréscimo de R\$ 703,51 milhões, equivalente a 62,73% do saldo inicial (2021) de investimentos, parte devido ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida COHAB que teve um acréscimo no valor de R\$ 546,05 milhões e da empresa investida PRODAM que teve um acréscimo no valor de R\$ 69,18 milhões, contribuindo para o acréscimo do investimento da Prefeitura.

Os PL negativos das empresas SPObras, SPTurismo, CET e SPTRANS constituem Provisão no Passivo da PMSP e no exercício de 2022 apresentou o montante de R\$ 327,83 milhões:

I – SPObras no valor de R\$ 6,35 milhões (aumento do investimento em R\$ 9,33 milhões em relação a 2021 ajustado);

II – SPTurismo no valor de R\$ 86,48 milhões (diminuição do investimento em R\$ 28,70 milhões em relação a 2021 ajustado);

III – CET no valor de R\$ 172,28 milhões (diminuição do investimento em R\$ 9,07 milhões em relação a 2021 ajustado) e

IV – SPTransporte no valor de R\$ 62,72 milhões (diminuição do investimento em R\$ 185,71 milhões em relação a 2021 ajustado).

Em 2022 houve duas integralizações de capital na Companhia de Desenvolvimento e Mobilizações de Ativos – SPDA. A primeira no montante de R\$ 32,10 milhões, autorizada na Assembleia Geral e Extraordinária da SPDA, realizada em 28/04/2022, no processo SEI nº 6017.2016/0000858-4, composta pelos valores de R\$ 18,20 milhões decorrente da Incorporação de AFAC e R\$ 13,90 milhões mediante o recebimento de Juros sobre Capital Próprio.

E uma nova integralização de capital da SPDA no montante de R\$ 26,22 milhões autorizada na Assembleia Geral e Extraordinária, realizada em 29/09/2022, no processo SEI nº 6011.2022/0002604-1 ata (076002549). O valor está contabilizado em AFAC, na PMSP e será regularizada em 2023, pois não houve tempestividade no envio das informações.

	em R\$				
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2021	Valor Adiantado	Valor Integralizado	Ajuste Contábil	Saldo em 2022
Cia. SP Desenv. Mobilização de Ativos - SPDA	18.197.858	26.223.126	(18.197.858)	-	26.223.126
Total	18.197.858	26.223.126	(18.197.858)	-	26.223.126

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2022 e representam 36,01% das participações permanentes.

- **Propriedades para Investimento:** Compreendem imóveis de uso não administrativo mantidos pela COHAB para auferir aluguel e/ou para valorização do capital, imóveis de uso não administrativo e terrenos da empresa SPUrbanismo e Investimentos em Produção Audiovisuais da empresa SP Cine correspondendo a um montante de R\$ 525,24 milhões em 2021 para R\$ 532,05 milhões em 2022.
- **Investimentos do RPPS de Longo Prazo:** Compreendem os investimentos realizados pelo Regime Próprio da Previdência Social, em conformidade com a legislação que trata das aplicações e investimentos dos RPPS, apresentando um montante de R\$ 10,33 milhões em 2021 para R\$ 3,04 milhões em 2022. A variação corresponde a baixa de imóvel situado na Rua Consolação n^{os} 1047, 1059 e 1075 mediante dação pela PMSP ao FUNPREV.
- **Demais Investimentos Permanentes:** Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no Ativo Circulante nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

No Município, o grupo Demais Investimentos Permanentes é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o Certificado de Potencial Adicional de Construção – CEPAC¹ são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espreada e Operação Consorciada Água Branca.

No caso desta municipalidade, os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da SPUrbanismo, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPACs são regidas pelas determinações contidas na Instrução nº 401 da CVM, que regulamenta a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPACs.

¹ Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001.

Os CEPACs também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela SF no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Em 31 de dezembro de 2022, a operação urbana da Faria Lima permaneceu com o estoque zerado, sem novas distribuições, a operação da Água Branca permaneceu com o estoque inalterado, totalizando R\$ 3,5 bilhões, e a operação da Água Espraiada deveria apresentar saldo zerado em virtude do encerramento da 6ª distribuição. No entanto, conforme observa-se na tabela a seguir, apresentou saldo de R\$ 512 milhões, o qual será regularizado no exercício de 2023.

CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2021	Alienação	Distribuição Encerrada	Saldo em 2022	CEPAC em Estoque	em R\$
						Variação %
Água Branca	3.510.117.000	-	-	3.510.117.000	2.184.000	0%
CEPAC-Residencial	-	-	-	-	1.599.000	
CEPAC-não Residencial	-	-	-	-	585.000	
Faria Lima	-	-	-	-	-	
Água Espraiada	460.239.282	512.000.000	(460.239.282)	512.000.000	-	11%
Total	3.970.356.282	512.000.000	(460.239.282)	4.022.117.000	2.184.000	1%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Contextualização dos eventos ocorridos na Operação Água Espraiada no exercício de 2022 conforme o processo SEI nº 6017.2017/0041609-9:

Em 04/12/2020 ocorreu a 6ª distribuição de 320.000 CEPACs, ao valor unitário de R\$ 1.282,00, o qual deveria ter sido feito o reconhecimento contábil no valor de R\$ 410,2 milhões.

Em 17/12/2020 foi lançado o edital do 1º leilão (documento SEI 036954362) o qual foi impugnado pelo TCM/SP, por descumprimento de exigências contidas na Instrução CVM nº 401, de 29 de dezembro de 2003, conforme documento SEI nº (068740524).

Em 12/01/2022 deveria ter sido efetuado o reconhecimento contábil de atualização da 6ª distribuição de 320.000 CEPACs, referente à diferença entre o valor unitário atual de R\$ 2.175,37 e o anterior de R\$ 1.282,00, totalizando R\$ 285,9 milhões, conforme Procedimento Administrativo e-TCM nº16.230/2020.

Em 30/05/2022 deveria ter sido efetuado o reconhecimento contábil de atualização da 6ª distribuição de 320.000 CEPACs, referente à diferença entre o valor unitário atual de R\$ 2.261,72 e o anterior de R\$ 2.175,37, totalizando R\$ 27,6 milhões, conforme Ofício nº 30.002/2022, deliberada pelo Plenário TCM-SP na 3.216ª Sessão Ordinária, realizada em 25 de maio de 2022.

Em 26/07/2022 ocorreu o 1º leilão da 6ª distribuição, em que deveria ter sido efetuada a baixa contábil de 160.000 CEPACs, ao custo unitário de R\$ 2.261,72, totalizando R\$ 361,9 milhões e o reconhecimento contábil de um ágio de R\$ 150,1 milhões, em função da diferença entre o preço de venda - de R\$ 3.200,00 - e o preço inicial mínimo- de R\$ 2.261,72 -, o que resultou em uma receita bruta de R\$ 512 milhões (documento SEI nº 068741474).

Em 02/09/2022 deveria ter sido efetuado o reconhecimento contábil de atualização da 6ª distribuição de 160.000 CEPACs, referente à diferença entre o valor unitário atual de R\$ 3.214,09 e o anterior de R\$ 2.261,72 totalizando R\$ 152,4 milhões, conforme Deliberação RD-DOE nº 06/2022.

Em 24/11/2022 ocorreu o 2º leilão da 6ª distribuição, em que deveria ter sido efetuada a baixa contábil de 18.100 CEPACs, ao custo unitário de R\$ 3.214,09, totalizando R\$ 58,2 milhões, o que resultou em uma receita bruta de R\$ 58,2 milhões (documento SEI nº 075522172).

Em 02/12/2022 deveria ter sido efetuada a baixa contábil de 141.900 CEPACs, ao custo unitário de R\$ 3.214,09, totalizando R\$ 456,1 milhões em virtude do anúncio de encerramento da 6ª distribuição (documento SEI nº 075528483).

Em 30/12/2022 efetuou-se a baixa contábil de R\$ 460,2 milhões, referentes à 5ª distribuição, em virtude do disposto no art. 18 da instrução CVM nº 84/2022, que determina que: *“A subscrição ou aquisição dos CEPAC objeto de oferta pública de distribuição deve ser realizada no prazo máximo de 2 (dois) anos, contado da data de divulgação do anúncio de início de distribuição”*.

em R\$								
Data	Evento	Qtde Emitida/ Ofertada	Qtde Colocada/ Alienada	Qtde Encerrada/ Expirada	Preço Mínimo CVM	Quantidade em estoque	Movimentação	Saldo Final
31/12/2021	Saldo da 5ª distribuição	-	-	-	1.282,00	359.001	460.239.282,00	460.239.282,00
30/12/2022	Baixa do saldo da 5ª distribuição	-	-	(359.001)	1.282,00	-	(460.239.282,00)	-
04/12/2020	6ª Distribuição	320.000	-	-	1.282,00	320.000	410.240.000,00	410.240.000,00
26/07/2022	1º Leilão	-	(160.000)	-	1.282,00	160.000	(205.120.000,00)	205.120.000,00
02/09/2022	2º Leilão	-	(18.100)	-	1.282,00	141.900	(23.204.200,00)	181.915.800,00
02/12/2022	Encerramento	-	-	(141.900)	1.282,00	-	(181.915.800,00)	-

em R\$							
Evento	Qtde Emitida/ Ofertada	Qtde Colocada/ Alienada	Qtde Encerrada/ Expirada	Preço Mínimo Unitário	Qtde em Estoque	Movimentação	Saldo
Saldo da 5ª Distribuição (31/12/2021)	-	-	-	1.282,00	359.001	460.239.282,00	460.239.282,00
Baixa do saldo da 5ª Distribuição (30/12/2022)	-	-	(359.001)	1.282,00	-	(460.239.282,00)	-
Anúncio da 6ª Distribuição (04/12/2020)	320.000	-	-	1.282,00	320.000	410.240.000,00	410.240.000,00
Atualização do Preço Mínimo Unitário/ Procedimento Administrativo e-TCM nº16.230/2020 (12/01/2022)	-	-	-	2.175,37	320.000	285.878.400,00	696.118.400,00
Atualização do Preço Mínimo Unitário/ Ofício nº 30002/2022 (30/05/2022)	-	-	-	2.261,72	320.000	27.632.000,00	723.750.400,00
1º Leilão da 6ª Distribuição (26/07/2022)	-	(160.000)	-	2.261,72	160.000	(361.875.200,00)	361.875.200,00
Atualização do Preço Mínimo Unitário/ Deliberação RD-DOE nº 06/2022 (02/09/2022)	-	-	-	3.214,09	160.000	152.379.200,00	514.254.400,00
2º Leilão da 6ª Distribuição (24/11/2022)	-	(18.100)	-	3.214,09	141.900	(58.175.029,00)	456.079.371,00
Encerramento da 6ª Distribuição (02/12/2022)	-	-	(141.900)	3.214,09	-	(456.079.371,00)	-

Evento	Qtde Alienada	Preço Realizado	Valor Arrecadado	Ágio da Operação
1º Leilão da 6ª Distribuição (26/07/2022)	160.000	3.200,00	512.000.000,00	150.124.800,00
2º Leilão da 6ª Distribuição (02/09/2022)	18.100	3.214,09	58.175.029,00	-

Nota 11 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis, intangível e imóveis, sendo reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, os sistemas da Administração que controlam e gerenciam o imobilizado não dispõem de formas para realizar esta agregação de valores, em função de sua limitação sistêmica, como é o caso do SBPM e de informações, no caso do SBPI.

Quando os elementos do Ativo Imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 31/12/2022, o Município apresentou um saldo de R\$ 29,90 bilhões relacionado a imobilizado, representando 26,57% do Ativo Não Circulante, sendo 95,4% do total do Imobilizado correspondente a Bens Imóveis.

Bens Móveis: em 31/12/2022, os Bens Móveis totalizavam R\$ 1,36 bilhão e estão distribuídos em diversas contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir:

em R\$				
Composição Bens Móveis	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação %	%s/ Total
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	219.226.992,61	225.719.664,72	-2,9%	16,1%
Bens de Informática	660.416.281,86	763.428.275,78	-13,5%	48,4%
Móveis e Utensílios	120.631.053,29	155.097.008,00	-22,2%	8,8%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	86.847.980,33	103.243.949,65	-15,9%	6,4%
Veículos	84.426.022,47	86.816.469,03	-2,8%	6,2%
Peças e Conjuntos de Reposição	652.316,58	785.391,18	-16,9%	0,0%
Armamentos	10.087.458,93	5.254.858,64	92,0%	0,7%
Semoventes	19.440,00	21.870,00	-11,1%	0,0%
Demais Bens Móveis	182.557.392,40	217.839.637,56	-16,2%	13,4%
Total	1.364.864.938,47	1.558.207.124,56	-12,4%	100,0%

Os valores apresentados estão deduzidos da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As Portarias SF nº 90, de 20 de abril de 2022 e Portaria SF nº 339, de 02 de dezembro de 2021 estabeleceram procedimentos relativos ao registro e controle dos Bens Móveis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis no âmbito da Administração Direta do Município (Poder Executivo), entre eles a política contábil para reconhecimento dos ativos adquiridos em exercícios anteriores a valor justo e demais procedimentos relativos ao reconhecimento.

Algumas unidades utilizavam de maneira equivocada e até mesmo incorreta a depreciação, isto gerava inconsistência nas conciliações das contas de depreciação. Por esta razão, a partir de setembro de 2020, todos os bens passaram a ter o mesmo perfil de depreciação estabelecido no Anexo Único do Decreto nº 56.214/2015. Além desta providência, foi publicado o Decreto 59.822, de 06 de outubro de 2020, com o objetivo de esclarecer e pontuar todos os requisitos e características de reconhecimento dos bens móveis passíveis de controle no sistema SBPM.

Com a publicação da Portaria SF nº 339, de 02 de dezembro de 2021, ocorreram mudanças no critério de reconhecimento e registro patrimonial dos bens móveis, devendo ser cadastrados no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM os Bens Móveis com valor igual ou superior a R\$ 800,00 (oitocentos reais), sem prejuízo das demais hipóteses definidas no art. 3º, do Decreto nº 53.484, de 19 de outubro de 2012.

Os Bens Móveis cadastrados no SBPM e que não atenderam ao disposto no art. 1º da referida Portaria, deverão ser baixados no sistema pela unidade orçamentária responsável pela custódia do bem, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação da Portaria. Portanto no exercício de 2021 e até que não ocorra a totalidade das baixas dos bens nas condições anteriores (com valor entre R\$ 326,61 e R\$799,99), coexistirão os dois critérios.

Bens Imóveis – em 31/12/2022, os Bens Imóveis do Município em 31/12/2022 totalizavam R\$ 28,53 bilhões. Destacam-se os Bens Imóveis de Uso Especial e os Bens Dominicais no montante de R\$ 28,33 bilhões que representam 98,40% do total do Imobilizado, conforme demonstrados na tabela abaixo:

em R\$					
Conta	Saldo em 2021	Ajustes/ Reclassificações	Alienação	Transferências	Saldo em 2022
Bens de Uso Especial	15.009.617.878,63	1.371.813.229,67	-	-	16.381.431.108,30
Bens Dominicais	10.054.163.968,00	1.902.237.867,16	-	-	11.956.401.835,16
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-	-	-
Total	25.063.781.846,63	3.274.051.096,83	-	-	28.337.832.943,46

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os ajustes e reclassificações foram realizados em: PMSP, TCMSP, CMSP, SPTURIS, IPREM, AHM, AMLURB e COHAB. Destacam-se os registros ocorridos na PMSP, referente à atualização monetária, com base no Valor Venal de Referência para edifícios e terrenos, nos

valores respectivos de R\$ 219,78 milhões e R\$ 1,61 bilhão e na COHAB, referente aos depósitos judiciais de desapropriações diversas, no valor de R\$ 232,56 milhões.

Em atendimento à Portaria STN nº 548/2015, o reconhecimento dos Bens Imóveis municipais ocorreu em 31/12/2020. O critério adotado para mensuração dos Bens Imóveis foi a base fiscal da Subsecretaria da Receita Municipal – SUREM, em função dos dados serem atualizados anualmente, com parâmetros de bases confiáveis. Espera-se a implantação do módulo de contabilidade do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, para gerar os lançamentos contábeis, com a integração dos registros com o SOF e entrega da funcionalidade de depreciação. Dessa forma, a contabilização de depreciação prevista para o ano de 2021 não foi realizada.

Diante deste cenário, o reconhecimento inicial em 31/12/2020 foi realizado manualmente no sistema SOF, com base nos dados da SUREM, concatenados com os dados do Geosampa, que resultou no registro de 1.684 Bens Imóveis, sendo eles Bens de Uso Especial e Dominical do Município de São Paulo.

Conforme sugestão na matriz de achados contábeis elaborada pelo TCMSP (processo SEI nº 6017.2022/0071554-0), no primeiro momento, foi acatada e reclassificada em 2022 a contrapartida ao reconhecimento inicial dos imóveis com base no Valor Venal de Referência – VVR, realizado em 2021, da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores para a conta Reserva de Reavaliação, no montante de R\$ 3,4 bilhões. O lançamento de reclassificação consta no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7, embora continuem os estudos para melhor mensuração e registro destes ativos.

O Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, instituído pelo Decreto nº 60.246, de 14 de maio de 2021, no âmbito da Administração Direta do Município de São Paulo, para normatizar as obrigações de cada área referente ao registro dos Bens Imóveis pertencentes ao Município (Poder Executivo), está em sua terceira fase de desenvolvimento, que compreende as rotinas de alienação e cessão. Em março de 2022 foi implantado o módulo de contabilidade, momento em que os bens reconhecidos em 2020 foram atualizados e passaram a ser depreciados.

O Município de São Paulo passará a reconhecer, mensurar e evidenciar os Bens de Infraestrutura (Bens de Uso Comum do Povo) a partir de 01/01/2023, conforme prazo-limite estabelecido no Anexo da Portaria STN nº 548/2015.

Nota 12 – Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Em 31/12/2022, o Município

apresentou um saldo de R\$ 40,07 milhões relacionados ao intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo Intangível para os exercícios de 2021 e 2022:

Intangível	em R\$			
	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação %	%s/ Total
Softwares	119.555.819,39	111.870.517,46	6,9%	298,4%
(-) Amortização Softwares	(79.488.870,78)	(77.154.372,54)	3,0%	-198,4%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	102.704,50	102.704,50	0,0%	0,3%
(-) Amortização Marcas, Direitos e Patentes	(102.130,72)	(101.999,57)	0,1%	-0,3%
Total	40.067.522,39	34.716.849,85	15,4%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No comparativo 2021-2022, houve aumento da conta Softwares de R\$ 7,69 milhões (6,9%), para atendimento do cronograma do plano implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, Portaria STN 548/2015 – PIPCP. Em 31/12/2021 foi reconhecido de forma manual os intangíveis referentes à SF, considerados como licença e softwares, com vida útil definida. Os registros foram realizados com base em arquivos encaminhados pela Coordenadoria de Tecnologia - COTEC, somando 390 licenças que estão em uso pela SF no montante de R\$ 5,62 milhões, conforme processo SEI nº 6017.2021/0068544-5.

No exercício de 2022 foi retomado o projeto de aquisição do novo sistema para controle e gerenciamento de Bens Imóveis e Intangíveis, atualmente o termo de referência encontra-se em análise pela área de licitação e espera-se que a implantação ocorra no exercício de 2023. Dessa forma, não houve alteração em relação aos Bens Intangíveis e estes não sofreram amortização durante o exercício de 2022. No entanto, após a implantação do novo sistema haverá uma reavaliação destes bens, bem como a definição de metodologia específica para o reconhecimento e a mensuração.

Nota 13 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de curto prazo apresentaram um aumento de 3,2% em comparação com o exercício de 2021. Já as Obrigações de Longo Prazo apresentaram um aumento de 17,1%, no comparativo de 2021 a 2022. Segue detalhamento do grupo no exercício de 2022:

em R\$				
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Pessoal a Pagar	3.768.511.325,27	16.197.858.892,63	19.966.370.217,90	83,6%
Salários, Remunerações e Benefícios	32.878.717,26	-	32.878.717,26	0,1%
Férias e 13º Salário	49.112.203,96	-	49.112.203,96	0,2%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	4.274.327,44	-	4.274.327,44	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	3.680.034.401,20	16.195.505.012,06	19.875.539.413,26	83,2%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	2.211.675,41	2.353.880,57	4.565.555,98	0,0%
Benefícios Previdenciários	760.488,22	3.813.737.595,43	3.814.498.083,65	16,0%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	569.947,90	-	569.947,90	0,0%
Benefícios Previdenciários RPPS - Estado	9.274,23	-	9.274,23	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	148.842,20	-	148.842,20	0,0%
Precatórios de Benef. Prev. - Regime Especial	-	3.813.737.595,43	3.813.737.595,43	16,0%
Benefícios Previdenciários RPPS - Município	32.423,89	-	32.423,89	0,0%
Benefícios Assistenciais a Pagar	2.907.994,87	-	2.907.994,87	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	40.772.965,93	71.230.803,92	112.003.769,85	0,5%
RGPS	33.120.302,93	71.230.803,92	104.351.106,85	0,4%
RPPS	4.903.158,44	-	4.903.158,44	0,0%
Demais Encargos	2.749.504,56	-	2.749.504,56	0,0%
Total	3.812.952.774,29	20.082.827.291,98	23.895.780.066,27	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Neste grupo de contas, destacam-se os valores referentes a Precatórios, segregados em Circulante e não Circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais correspondem à participação de 15,4% no curto prazo e 67,8% no longo prazo, sendo estes responsáveis pelas maiores variações ocorridas no grupo.

Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos

No comparativo 2021-2022, os Empréstimos e Financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de 94,85% e no longo prazo houve uma redução de 95,26%.

Tal redução refere-se à extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a PMSP e a União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME, documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº 6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte. Em agosto de 2022 houve a baixa da dívida no montante de R\$ 23,91 bilhões, impactando em uma redução de cerca de mais de 90% do passivo com empréstimos e financiamentos.

A referida extinção está disposta na Lei Municipal nº 17.726, de 17 de dezembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, com vistas a encerrar a disputa judicial que recai sobre a área conhecida como Campo de Marte, em seu artigo 1º traz o seguinte texto:

Art. 1º - Fica autorizada a celebração de acordo judicial com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, desde que a contrapartida para o Município seja a extinção da dívida decorrente do "Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas" pactuado com base na MP 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, podendo o Poder Executivo, por meio da Procuradoria Geral do Município, transigir,

transacionar, firmar compromisso, desistir, transferir, remir e o que se fizer necessário para a realização do Acordo, inclusive renunciar a potencial crédito excedente que viesse a ser reconhecido no processo judicial em referência.

Observa-se que os empréstimos e financiamentos contratados no mercado interno representam quase a totalidade do grupo, tanto no curto prazo quanto no longo prazo e, detalhando os contratos, verifica-se que os empréstimos com os bancos privados, neste exercício, representam 38,8% do total, conforme quadro a seguir:

em R\$				
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
INTERNA	121.282.321,98	542.083.005,06	663.365.327,04	53,9%
União	-	70.432.177,68	70.432.177,68	5,7%
DMLP - Lei 12.671/98	-	70.432.177,68	70.432.177,68	5,7%
Lei Fed. 8.727/93 - COHAB/PMSP	-	-	-	0,0%
Refinanciamento MP 2.185-35/2001	-	-	-	0,0%
Caixa Econômica Federal	14.032.192,19	96.222.255,69	110.254.447,88	9,0%
PNAFM 2ª Fase - Sub Contr. 0388043-02	4.530.092,60	20.722.753,78	25.252.846,38	2,1%
PNAFM 2ª Fase - Sub Contr. 0474998-77	6.225.843,62	28.479.908,77	34.705.752,39	2,8%
Prog. Saneamento Drenagem Lei nº 16.757/2017	75.966,29	1.797.282,26	1.873.248,55	0,2%
PNAFM 2ª Fase - Sub Contr. 0519642-52	3.200.289,68	45.222.310,88	48.422.600,56	3,9%
BNDES	4.821.558,43	-	4.821.558,43	0,4%
Prog. Impl. Transportes Urb. 2ª Etapa - Lei 13.609/03	-	-	-	0,0%
PMAT - II	4.821.558,43	-	4.821.558,43	0,4%
Itaú Unibanco	71.428.571,40	279.761.904,85	351.190.476,25	28,5%
Programa Asfalto Novo II - Lei 16.757/2017	71.428.571,40	279.761.904,85	351.190.476,25	28,5%
Santander	30.999.999,96	95.666.666,84	126.666.666,80	10,3%
Programa Asfalto Novo - Lei 16.757/2017	6.000.000,00	4.000.000,00	10.000.000,00	0,8%
Programa Hab Casa da Família - Lei 16.757/2017	24.999.999,96	91.666.666,84	116.666.666,80	9,5%
EXTERNA	36.920.570,72	531.403.280,02	568.323.850,74	46,1%
BID	36.920.570,72	531.403.280,02	568.323.850,74	46,1%
BID IV - Contr. 1479/OC-BR - Procento	36.920.570,72	154.190.998,01	191.111.568,73	15,5%
BID V - Avanço Saúde SP - Lei 16.757/2017	-	377.212.282,01	377.212.282,01	30,6%
JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉST. E FINANC. - INTERNO	69.439,22	-	69.439,22	0,0%
BNDES - PMAT II	68.939,22	-	68.939,22	0,0%
Itaú - Lei Municipal nº 16.757/2017 - Programa Asfalto Novo II	200,00	-	200,00	0,0%
União - DMLP - Lei 12.671/98	300,00	-	300,00	0,0%
Total	158.272.331,92	1.073.486.285,08	1.231.758.617,00	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

- Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo - DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº 12.671/1998);
- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR (informamos que a Taxa LIBOR foi substituída pela taxa SOFR em dezembro de 2022), aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM;
- Os demais contratos da Dívida Interna são atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, URTJLP, UMIPCA e UMSELIC, TR, IGP-M, IGP-DI, CDI, TJLP, IPCA e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR. Em novembro de 2021 o BID notificou a substituição da taxa LIBOR pela taxa SOFR, o que de fato ocorreu no 2º semestre de 2022.

Nota 15 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 2022, os Fornecedores e Contas a Pagar de curto prazo apresentaram um aumento de 42,58% em relação ao ano anterior, enquanto os de longo prazo houve uma redução de 9,75%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade no grupo de curto e longo prazo, equivalente a 66,4% na totalidade, conforme tabela abaixo:

em R\$				
Fornecedores e Contas a Pagar	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Fornecedores Nacionais	1.278.606.325,97	-	1.278.606.325,97	25,6%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	305.237.964,25	-	305.237.964,25	6,1%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	854.123.387,66	2.470.492.794,45	3.324.616.182,11	66,4%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud. - Exceto Precat.	769.239,78	-	769.239,78	0,0%
Fornecedores Nacionais - INTRA OFSS	75.476.115,71	-	75.476.115,71	1,5%
Fornecedores Nacionais - INTER OFSS	2.641.577,80	-	2.641.577,80	0,1%
Fornecedores Estrangeiros	16.891.996,17	-	16.891.996,17	0,3%
Total	2.533.746.607,34	2.470.492.794,45	5.004.239.401,79	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No curto prazo, a principal variação ocorrida (aumento de 42,58%) é observada pelo aumento de precatórios de contas a pagar no montante de R\$ 12,93 milhões.

Nota 16 – Obrigações Fiscais

Em 2022, as Obrigações Fiscais de curto prazo apresentaram um aumento de 123,9% (R\$ 8,64 milhões) e no longo prazo houve uma redução de 13,7%, (R\$ 38,84 milhões) em relação ao ano anterior.

Nota 17 – Provisões

As provisões de curto prazo são compostas pelas provisões das empresas TCM, SPTuris e SPURB e as provisões de longo prazo são compostas em sua maioria por provisões matemáticas previdenciárias do RPPS que correspondem a 99,4% do valor total, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	% s/ Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	1.568.029,00	25.593.281,96	27.161.310,96	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	119.257.552.109,33	119.257.552.109,33	99,4%
Provisões para Riscos Fiscais	-	18.297.117,61	18.297.117,61	0,0%
Outras Provisões	20.610.346,61	565.574.971,73	586.185.318,34	0,5%
Provisão p/ Contingentes Cíveis	-	57.718.212,33	57.718.212,33	0,0%
Total	22.178.375,61	119.924.735.692,96	119.946.914.068,57	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As provisões de longo prazo apresentaram uma diminuição de 30% em relação ao ano anterior, esta redução ocorreu no grupo de Provisões Matemáticas Previdenciárias na empresa IPREM, em virtude da diminuição de R\$ 51,49 bilhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial).

As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, que representam quase a totalidade das provisões a longo prazo, tem por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e corroboram com a necessidade de cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

A Portaria nº 509/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial: O Instituto de Previdência do Município de São Paulo – IPREM contrata anualmente empresa de consultoria com objetivo de fornecer estudo financeiro e atuarial, contendo análises estatísticas, resultados, avaliações e parecer atuarial, cujas informações embasam o IPREM na elaboração do Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA, do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, em atendimento às disposições previstas no art. 4º, §2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

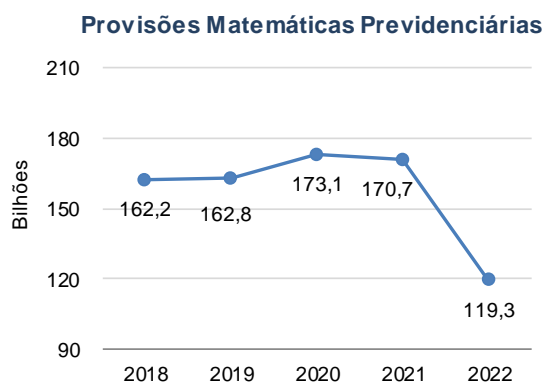
O resultado anual da avaliação atuarial considera as seguintes premissas: a) tábua de mortalidade geral; b) tábua de mortalidade de inválidos; c) tábua de entrada em invalidez; d) taxa de crescimento real de salários; e) taxa de crescimento real de benefícios; f) taxa real de juros; g) hipótese sobre geração futura; h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo; i) hipótese de família média; j) fator de capacidade salarial e de benefícios; k) inflação anual estimada, e l) taxa de rotatividade.

Com base nos relatórios anuais de avaliação atuarial, no exercício de 2015, o IPREM reconheceu o deficit atuarial de R\$ 89,2 bilhões e, desde então, efetua atualizações (de 2015 a

2022) que resultaram em um ajuste acumulado, atingindo no montante de R\$ 119,26 bilhões de saldo das provisões matemáticas previdenciárias, abaixo demonstrado:

Ano	Provisões Matemáticas Previdenciárias	% Variação
2018	R\$ 162.183.015.369	-
2019	R\$ 162.840.719.610	0,4%
2020	R\$ 173.055.143.070	6,3%
2021	R\$ 170.743.173.431	-1,3%
2022	R\$ 119.257.552.109	-30,2%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF



Até 2021, as provisões matemáticas previdenciárias do RPPS eram contabilizadas no IPREM, no entanto, a partir de 2022, o IPREM passou a contabilizar estas provisões nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV. No consolidado, observa-se que, de 2021 para 2022, as provisões tiveram uma redução de R\$ 51,49 bilhões, referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial).

No comparativo 2021-2022, houve diminuição de R\$ 51,49 bilhões da constituição de provisão matemática previdenciária (decorrente das provisões e das reversões realizadas pelo IPREM, nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV, no montante respectivo de R\$ 245,54 bilhões devedor e R\$ 297,02 bilhões credor). O saldo acumulado no passivo foi de R\$ 170,74 bilhões em 2021 para R\$ 119,26 bilhões em 2022, conforme relatório da avaliação atuarial, data base dezembro de 2021, pela empresa Fundação Instituto de Administração – FIA, constante no processo SEI nº 6017.2022/0008002-2.

Outras Provisões – Encontra-se registrado no grupo Outras Provisões, as Perdas em Investimento – MEP registradas na PMSP, que correspondem a 55,9% do grupo, conforme quadro abaixo:

Outras Provisões	em R\$			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
PMSP - Perda em Investimentos - MEP	-	327.837.630,81	327.837.630,81	55,9%
Provisão para Ação de Desapropriação do Jockey Club	-	110.449.780,16	110.449.780,16	18,8%
COHAB - Provisão para Impostos Diferidos	-	12.799.742,82	12.799.742,82	2,2%
COHAB - Processos Judiciais Diversos	-	15.926.656,78	15.926.656,78	2,7%
SPTurismo - Outras Provisões	20.610.346,61	5.523.225,22	26.133.571,83	4,5%
SPUrbano - Outras Provisões	-	93.037.935,94	93.037.935,94	15,9%
Total	20.610.346,61	565.574.971,73	586.185.318,34	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 18 – Demais Obrigações

Em 2022, o grupo Demais Obrigações tem maior representatividade no longo prazo, entre os exercícios de 2021 e 2022. O grupo apresentou aumento de 26,4% no curto prazo e aumento de 10,0% no longo prazo. Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

	em R\$			
Demais Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/ Total
Adiantamentos de Clientes	127.466.477,74	971.710,00	128.438.187,74	0,7%
Obrigações Decorrentes de Contratos de PPP	101.515.226,54	-	101.515.226,54	0,6%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	50.549.734,18	50.549.734,18	0,3%
Valores Restituíveis*	5.797.148.018,80	9.946.473.777,14	15.743.621.795,94	90,6%
Depósitos Judiciais	4.259.267.938,41	9.938.291.853,45	14.197.559.791,86	81,7%
Consignações	166.651.236,23	-	166.651.236,23	1,0%
Depósitos Não Judiciais	486.263.114,34	-	486.263.114,34	2,8%
Outros Valores Restituíveis	884.965.729,82	8.181.923,69	893.147.653,51	5,1%
Outras Obrigações	761.996.000,66	583.696.204,79	1.345.692.205,45	7,7%
Total	6.788.125.723,74	10.581.691.426,11	17.369.817.149,85	100,0%

* incluído valores intra

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- **Depósitos Judiciais** - Observa-se que a maior representatividade do grupo Demais Obrigações está nos depósitos judiciais, tanto no curto prazo quanto no longo prazo com 81,7% do total e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015. São valores relacionados a processos judiciais e administrativos em andamentos, nos quais o Município é parte, depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

No curto prazo, estão registrados 30% do montante dos depósitos judiciais, que constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município. No longo prazo, classificados no Passivo Permanente, estão registrados 70% do montante dos depósitos judiciais, que foram antecipados para o Município e têm destinação vinculada.

Outras Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo: no exercício de 2022 apresentou um aumento de 20,74%, na comparação com o exercício anterior. O subgrupo de Subvenções a Pagar, contempla os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID.

em R\$			
Outras Obrigações	Saldo em 2021	Saldo em 2022	% s/ Total
Outras Obrigações a Curto Prazo	532.580.625,77	761.996.000,66	56,6%
Subvenções a Pagar	138.417.320,00	145.411.500,00	10,8%
Indenizações e Restituições	36.896.685,75	218.265.457,75	16,2%
Diárias a Pagar	-	1.939,32	0,0%
Demais Obrigações a Curto Prazo	28.952.355,90	26.875.875,03	2,0%
Termo de Compromisso a Pagar	270.801.465,98	309.757.900,52	23,0%
Suprimentos de Fundos a Pagar	62.039,00	105.932,74	0,0%
Credores - Entidades e Agentes (Intra OFSS)	45.823.752,68	49.731.927,23	3,7%
Obrigações Inter OFSS - União	11.441.056,52	11.490.479,18	0,9%
Obrigações Inter OFSS - Estados	185.949,94	334.645,38	0,0%
Obrigações Inter OFSS - Municípios	-	20.343,51	0,0%
Outras Obrigações a Longo Prazo	581.995.389,83	583.696.204,79	43,4%
Subvenções a Pagar	167.789.350,00	105.368.720,00	7,8%
Outros Credores Municipais	258.534,85	258.534,85	0,0%
Termo de Compromisso a Pagar	825.532,40	527.539,44	0,0%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	11.336.225,66	11.336.225,66	0,8%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	401.785.746,92	466.205.184,84	34,6%
Total	1.114.576.015,60	1.345.692.205,45	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID foram instituídos pela Lei nº 15.413, de 20 de julho de 2011 e regulamentados pelo Decreto nº 52.871, de 22 de dezembro de 2011, com validade de dez anos e com possibilidade de serem utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e de ISS, exceto de ISS retido na fonte.

No exercício de 2022 foram fruídos 893 CIDs totalizando R\$ 70 milhões, restando em estoque 3.112 unidades, no valor atualizado de R\$ 250,8 milhões.

em R\$						
Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) Arena Fundo de Investimento Mobiliário - FI	Saldo em 2021	Atualização Monetária	Utilização	Reclassificação	Saldo em 2022	% s/ Total
Curto Prazo	138.417.320,00	6.322.710,00	(69.966.090,00)	70.637.560,00	145.411.500,00	5%
Longo Prazo	167.789.350,00	8.216.930,00	-	(70.637.560,00)	105.368.720,00	-37%
Total	306.206.670,00	14.539.640,00	(69.966.090,00)	-	250.780.220,00	-18%
Quantidade	4.005		(893)		3.112	-22%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2022, o grupo Termo de Compromisso a Pagar representou 40,7% do total das Outras Obrigações a curto prazo e é representada pela conta Termo de Compromisso Cartão PTRF - Programa de Transferência de Recursos Financeiros às Associações de Pais e Mestres das Unidades Educacionais da Rede Municipal de ensino.

No longo prazo, o grupo de maior valor é o grupo Outras obrigações a Longo prazo Intra OFSS, representada pela conta Precatórios em Regime Especial a restituir PMSP, registrados nas empresas SFMSP, IPREM, FUNFIN e FUNPREV.

Nota 19 - Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto

Em 2022, o Passivo a Descoberto apresentou uma diminuição de 93,8% em relação a 2021, refletindo positivamente em R\$ 89,14 bilhões no total deste grupo. Abaixo, destacam-se as seguintes movimentações ocorridas neste exercício:

	em R\$			
Passivo a Descoberto	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Patrimônio Social e Capital Social	1.418.607.329,28	1.415.507.329,28	0,2%	-23,9%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	126,13	126,13	0,0%	0,0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(626.950,80)	(417.967,20)	50,0%	0,0%
Demais Reservas	3.694.187.240,68	261.326.585,19	1313,6%	-62,2%
Resultados Acumulados	(11.051.228.617,64)	(96.758.010.228,32)	-88,6%	186,1%
Resultado do Exercício	87.100.045.562,34	12.159.809.981,52	616,3%	-1466,6%
Resultado de Exercícios Anteriores	(96.758.010.228,32)	(108.370.453.527,29)	-10,7%	1629,2%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.393.263.951,66)	(547.366.682,55)	154,5%	23,5%
Total	(5.939.060.872,35)	(95.081.594.154,92)	-93,8%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 20 - Patrimônio Social e Capital Social

A variação ocorrida na conta Capital Social corresponde à conversão da conta Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC para Capital Social da empresa SP Cine, no valor de R\$ 3,1 milhões, conforme registro em ata datado em 16/04/2021, processo SEI nº 6017.2016/0000856-8, documento nº 049377493.

Nota 21 - Ajustes de Avaliação Patrimonial

Houve reconhecimento de depreciação de imóveis avaliados pelo custo atribuído no montante de R\$ 322 mil (credor) na empresa SP Urbanismo e registro de provisão de IRPJ e CSLL referente ao total líquido dos bens avaliados pelo custo atribuído no valor de R\$ 949 mil (devedor) na empresa SP Urbanismo, resultando no montante de R\$ 626,95 mil (devedor).

Nota 22 - Demais Reservas

No grupo constam as reservas de reavaliação, no montante de R\$ 3,6 bilhões credor. No exercício de 2022, conforme a matriz de achados contábeis elaborada pelo TCMSP (processo SEI nº6017.2022/0071554-0), no primeiro momento foi acatada a sugestão e foi reclassificada em 2022 a contrapartida ao reconhecimento inicial dos imóveis com base no VVR realizado em 2021 da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores para a conta Reserva de Reavaliação, no montante de R\$ 3,4 bilhões. O lançamento de reclassificação consta no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7, embora continuem os estudos para melhor mensuração e registro destes ativos.

Nota 23 - Resultados Acumulados

- **Resultado do Exercício:** Em 2022, o Município teve um resultado patrimonial consolidado superavitário de R\$ 87,1 bilhões, frente a um resultado superavitário de R\$ 12,16 bilhões em 2021, cujas principais razões que impactaram neste resultado foram:
 - ✓ **PMSP** –Aumento na arrecadação tributária no montante de R\$ 4,60 bilhões, representando uma variação positiva de 9,8%, na comparação do exercício de 2022 com o exercício anterior;
 - ✓ **IPREM/FUNFIN/FUNPREV** – No comparativo 2021-2022, houve diminuição de R\$ 51,49 bilhões da constituição de provisão matemática previdenciária (decorrente das provisões e das reversões realizadas pelo IPREM, nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV, no montante respectivo de R\$ 245,54 bilhões devedor e R\$ 297,02 bilhões credor). O saldo acumulado no passivo foi de R\$ 170,74 bilhões em 2021 para R\$ 119,26 bilhões em 2022, conforme relatório da avaliação atuarial data base dezembro de 2021 pela empresa Fundação Instituto de Administração – FIA constante no processo SEI nº 6017.2022/0008002-2.
- **Ajustes de Exercícios Anteriores:** No comparativo 2021-2022 houve movimentação líquida de R\$ 845,9 milhões (devedor), resultando em um saldo devedor de R\$ 1,39 bilhões, conforme seguem demonstrados os saldos e movimentações de AJEA por Órgão:

	em R\$		
Ajuste de Exercícios Anteriores	Saldo Inicial 2021	Movimentação	Saldo Final 2022
Administração Direta	1.046.734.843,31	318.780.438,77	1.365.515.282,08
PMSP	1.087.837.140,17	264.649.257,30	1.352.486.397,47
CMSP	(27.575.270,32)	27.906.122,55	330.852,23
TCMSP	(13.459.554,33)	25.127.888,56	11.668.334,23
FECAM	-	1.257,00	1.257,00
FETCM	(67.472,21)	1.095.913,36	1.028.441,15
Administração Indireta	(499.368.160,76)	527.116.830,34	27.748.669,58
HSPM	329.630,80	198.739,08	528.369,88
IPREM	990.018,88	265.484,75	1.255.503,63
FUNPREV	-	179.540,97	179.540,97
FUNFIN	-	135.832,24	135.832,24
SFMSM	416.621,59	791.893,82	1.208.515,41
AHM	(59.787.121,18)	199.985.748,54	140.198.627,36
AMLURB	2.959.134,53	(2.517.409,83)	441.724,70
FMLU	18.434.837,12	(18.434.837,12)	(0,00)
FUNDATEC	163.397,06	3.758,63	167.155,69
THEATRO	(11.895.612,79)	28.858.938,96	16.963.326,17
FMH	(636.564.417,23)	643.051.372,27	6.486.955,04
COHAB	163.333.537,82	(395.602.317,29)	(232.268.779,47)
SPTURIS	1.098.076,00	83.667.837,04	84.765.913,04
SPURBANISMO	21.167.481,85	(13.565.353,35)	7.602.128,50
SPCINE	(13.745,21)	97.601,63	83.856,42
Total	547.366.682,55	845.897.269,11	1.393.263.951,66

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em 2022, podemos citar como principais registros em AJEA:

✓ **PMSP – Poder Executivo (Administração Direta)**

- Transposição de saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores para Resultado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 1,07 bilhão (credor);
- Em obediência ao Princípio da Competência, foi efetuada a reclassificação contábil, conforme processo SEI nº 6017.2022/0074246-7, para a conta contábil Ajustes de Exercícios Anteriores referente às VPD's de título "3.3.2.3.0.00.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica" (quadro anexo) de despesas patrimoniais registradas de competências pretéritas indevidamente apropriadas no resultado do exercício de 2022, no valor de R\$ 711,59 milhões (devedor);

Conta Crédito	Descrição	Fonte Recurso	Valor
126758 - 3.3.2.3.1.06.02.00.000.000.000.0	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis		200.195.368,19
126766 - 3.3.2.3.1.07.02.00.000.000.000.0	Serviço de Limpeza e Conservação		59.002.449,82
126767 - 3.3.2.3.1.07.03.00.000.000.000.0	Serviço de Vigilância Ostensiva e Monitorada		53.861.037,56
126777 - 3.3.2.3.1.09.02.00.000.000.000.0	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO		34.718.834,03
126814 - 3.3.2.3.1.31.00.00.000.000.000.0	SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS		75.858.926,11
126831 - 3.3.2.3.1.51.00.00.000.000.000.0	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS		78.386.498,60
163227 - 3.3.2.3.1.99.51.00.000.000.000.0	Obras e Instalações		5.342.132,01
163017 - 3.3.2.3.1.99.84.00.000.000.000.0	Serviços Urbanos		145.814.517,99
163019 - 3.3.2.3.1.99.99.00.000.000.000.0	Outros Serviços de Terceiros		58.404.905,56
Total:			711.584.669,87

- Conforme a matriz de achados contábeis elaborada pelo TCMSP (processo SEI nº 6017.2022/0071554-0), inicialmente acatada a sugestão e reclassificada em 2022 a contrapartida ao reconhecimento inicial dos imóveis com base no VVR realizado em 2021, da conta de Ajuste de Exercícios Anteriores (a débito) para a conta Reserva de Reavaliação (a crédito), no montante de R\$ 3,4 bilhões. O lançamento de reclassificação consta no processo SEI nº 6017.2022/0074280-7, embora continuem os estudos para melhor mensuração e registro destes ativos;
- Registro extemporâneo das obrigações por competência, no montante líquido de R\$ 479,32 milhões (devedor);
- Devoluções de materiais, exercícios anteriores, com base na posição acumulada do almoxarifado no exercício, no montante de R\$ 4,32 milhões (credor);
- Baixa de Bens Patrimoniais, considerando extinção da Autarquia Hospitalar Municipal - AHM, conforme Lei nº 17.433 de 29/07/2020 e Decreto nº 59.685 de 13/08/2020. Processo SEI nº 6110.2022/0001719-9, que trata do reconhecimento dos Bens na Secretaria Municipal da Saúde – SMS, no valor de R\$ 25,44 milhões devedor.

✓ **COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação de SP (Administração Indireta)**

- Transposição de saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores para Resultado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 163,33 milhões (credor);
- Valor referente perdas por desvalorização de ativos, conforme processo SEI nº 7610.2021/0003597-8 em 12/2021, no montante de R\$ 11,03 milhões (devedor);
- Valor da perda do terreno denominado Itaquera ID, registrada em 2021, que ora foi revertido, tendo em vista sua desapropriação pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, conforme processo SEI nº 7610.2018/0000055-9, que foi transferido para acerto, no valor de R\$ 7,88 milhões (devedor);
- Valor baixado em atendimento à decisão da Reunião de Diretoria nº 1627 de 27/01/2022, no valor de R\$ 34,57 milhões (devedor);
- Depósito judicial relativo à desapropriação indenização do empreendimento Parque do Carmo, processo 1062925-21.2021.8.26.0053 RP 3944/21 -Enbral - Rua Shinzaburo Mizutani, 400, no valor de R\$ 59,6 milhões (credor);
- Reversão da provisão de processos judiciais - ações de condomínios - conforme relatório do jurídico de 2021, valor R\$ 185,1 milhões (credor).

✓ **FMH – Fundo Municipal de Habitação (Administração Indireta)**

- Reconhecimento de obrigação a pagar com concessionárias, no montante líquido de R\$ 10,47 milhões (devedor);
- Transposição de saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores para Resultado de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 636,56 milhões (devedor);
- Reversão da perda por desvalorização - empreendimento Edifício cineasta - processo SEI nº 7610.2019-0001157-9 (ditec), valor R\$ 7,04 milhões (credor);
- Reversão de perdas por desvalorização de ativos conforme processo SEI nº 7610.2021/0003597-8, valor R\$ 4,76 milhões (credor);
- Perdas por desvalorização de ativos conforme processo SEI nº 7610.2021/0003597-8, valor R\$ 10,63 milhões (devedor).

✓ **AHM– Autarquia Hospitalar Municipal (Administração Indireta)**

- Transposição de saldo de AJEA para resultado de exercícios anteriores no valor de R\$ 59,92 milhões (devedor);
- Reconhecimento extemporâneo de obrigação a pagar R\$ 470 mil (credor);
- Baixa de Bens Patrimoniais, considerando a extinção da Autarquia Hospitalar Municipal - AHM, conforme Lei nº 17.433 de 29/07/2020 e Decreto nº 59.685 de 13/08/2020. Processo SEI nº 6017.2021/0050133-6, que trata do

reconhecimento dos Bens na Secretaria Municipal da Saúde – SMS, no valor de R\$ 140,67 milhões (devedor).

Nota 24 – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial segregado em ativos e passivos financeiros e permanentes²:

			em R\$		
Ativo (I)	Exercício 2022	Exercício 2021	Passivo (II)	Exercício 2022	Exercício 2021
Ativo Financeiro	39.188.214.821,28	30.849.235.318,29	Passivo Financeiro	19.281.399.824,57	14.343.490.624,13
Ativo Permanente	122.581.998.088,05	111.850.375.807,15	Passivo Permanente	159.203.621.738,56	230.630.781.432,51
Total do Ativo	161.770.212.909,33	142.699.611.125,44	Total do Passivo	178.485.021.563,13	244.974.272.056,64
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)			(16.714.808.653,80) (102.274.660.931,20)		

Por este quadro, é possível apurar o superavit financeiro de R\$ 19,91 bilhões, resultante da equação: Ativos Financeiros de R\$ 39,19 bilhões, deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 19,28 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte. A seguir, detalhamos por empresa o superavit financeiro apurado em 2022:

Administração Direta		Administração Indireta		Consolidado	
PMSB	R\$ 18.657.702.084	HSPM	R\$ 67.924.010	Superavit Financeiro do Período R\$ 19.906.814.997	
CMSB - FECAM	R\$ 6.376.242	IPREM	-R\$ 11.206.542		
TCMSB - FETCM	R\$ 1.913.075	FUNFIN	R\$ 308.866.256		
Total	R\$ 18.665.991.401	FUNPREV	R\$ 716.783.400		
		SFMSB	R\$ 39.090.979		
		AHM	R\$ -		
		AMLURB	R\$ 264.891		
		FMLU	R\$ 83.525.019		
		FUNDATEC	R\$ 5.130.231		
		THEATRO	R\$ 595.991		
		FMH	-R\$ 100.088.789		
		COHAB	R\$ 44.889.521		
		SP TURIS	R\$ 55.309.850		
		SP URBANISMO	R\$ 33.562.791		
		SP CINE	-R\$ 3.471.339		
		SP REGULA	-R\$ 352.675		
		Total	R\$ 1.240.823.596		

Nota 25 – Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

As contas de compensação representam os atos potenciais ativos e passivos, e apresentam a seguinte estrutura:

² Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Descrição	Atos Potenciais Ativos	
	Exercício 2022	Exercício 2021
Garantias e Contragarantias Recebidas	4.539.895.178,25	4.278.059.144,80
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos	2.894.452.353,00	2.957.508.761,37
Total	7.434.347.531,25	7.235.567.906,17

Descrição	Atos Potenciais Passivos	
	Exercício 2022	Exercício 2021
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instr. Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais	29.662.854.411,96	31.404.437.150,18
Outros Atos Potenciais Passivos	1.243.232.400,06	1.255.127.420,20
Total	30.906.086.812,02	32.659.564.570,38

São atos potenciais aqueles que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos potenciais ativos compreendem aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio. Atos potenciais passivos compreendem aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Do total dos atos potenciais passivos, o valor mais significativo registrado no Balanço de 2022 correspondeu a obrigações contratuais, sendo aproximadamente 96,0%.

Nota 26 – Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superavit ou deficit financeiro por fonte e destinação de recursos, classificadas em vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos art. 8º e 50, da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Superavit financeiro corresponde à diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro; deficit financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e passivo financeiro.

em R\$				
Superavit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Ordinária	8.704.320.245,18	8.293.886.334,22	4,9%	43,7%
Vinculada	11.202.494.751,53	8.211.858.359,94	36,4%	56,3%
Operações de Crédito	63.541.327,69	199.169.905,37	-68,1%	0,3%
Transferências Federais	1.257.614.731,67	883.470.973,35	42,3%	6,3%
Transferências Estaduais	588.062.407,65	301.592.597,77	95,0%	3,0%
Fundo Constitucional de Educação	402.743.967,92	525.042.175,87	-23,3%	2,0%
Outras Fontes	447.456.063,21	431.930.313,17	3,6%	2,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	7.570.424.708,52	5.337.673.941,02	41,8%	38,0%
Alienação de Bens Ativos	95.384.270,84	67.075.832,29	42,2%	0,5%
Depósitos Judiciais	689.146.549,16	362.952.970,03	89,9%	3,5%
Transferências Federais Custeio Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	79.650.347,13	92.071.627,33	-13,5%	0,4%
Transferências Federais Invest. Covid Fundo a Fundo Serv. Pub. Saúde	5.603.669,17	8.011.315,17	-30,1%	0,0%
Transferências Federais Convênios/Contratos Covid vinculado à Saúde	-	-	0,0%	0,0%
Transferências Federais LC 173/2020; art 5º, I	2.866.708,57	2.866.708,57	0,0%	0,0%
Recursos Extraorçamentários	-	-	0,0%	0,0%
Total	19.906.814.996,71	16.505.744.694,16	20,6%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 - Impostos

Do total de variações patrimoniais aumentativas do grupo de impostos, os itens de maior influência no resultado de 2022 foram o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial - IPTU, que correspondem a 58,4% e 28,8% do total deste grupo, respectivamente.

Nota 2 - Contribuições Sociais

As Contribuições Sociais são compostas pelas contribuições patronais e de servidores ativos e inativos, da Administração Direta e Indireta, bem como de pensionistas ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da PMSP.

Nota 3 - Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços

Em 2022, correspondeu a 0,4% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas, dos quais destacam-se as seguintes receitas e respectivas participações percentuais do grupo de receitas de Exploração: concessão e permissão - serviço de transporte (14,6%) e direito de uso de bens públicos (55,9%).

Nota 4 - Juros e Encargos de Mora

Em 2022, correspondeu a 3,9% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. No comparativo 2022-2021, houve diminuição de 22,3% da receita de Juros e Encargos de Mora, que totalizou R\$ 23,31 bilhões em 2021 e R\$ 18,11 bilhões no exercício de 2022, com destaque para multas e juros da Dívida Ativa Tributária, representando 89,4% deste grupo.

Nota 5 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

Em 2022, correspondeu a 0,9% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. No comparativo 2022-2021, houve percentual de variação positiva de 229,4%, aumento aproximado de R\$ 2,8 bilhões.

Nota 6 – Transferências Intragovernamentais

Em 2022, correspondeu a 2,1% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. As transferências intragovernamentais têm seu saldo composto por repasses recebidos pelas entidades da administração indireta para execução orçamentária e por recursos referentes a aportes ao RPPS e representam 36,8% e 62,7% respectivamente, do total do grupo.

Nota 7 – Transferências Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais têm seu saldo composto, principalmente, pelas seguintes transferências: Transferências de Recursos do SUS (9,9%), Transferências do FUNDEB (23,4%), Cota-Parte do ICMS (38,9%) e Cota-Parte do IPVA (13,6%).

Nota 8 – Ganhos com Incorporação de Ativos

No comparativo 2021-2022, o grupo Ganhos com Incorporação de Ativo resultou em aumento de 436,8%. Em 2022, correspondeu a 0,1% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R\$ 262,60 milhões, sendo que as contas com saldos mais relevantes no grupo Ganhos com Incorporação de Ativos em 2022 são demonstradas no quadro abaixo:

	em R\$	
Ganhos com incorporação de Ativos	Exercício 2022	%s/ Total
Créditos a Receber	116.747,70	0,0%
Incorp. de Outros Direitos	216.494.254,11	82,4%
Incorp. de Bens Móveis	45.680.799,22	17,4%
Incorp. de Bens Imóveis	308.000,00	0,1%
Total	262.599.801,03	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 9 – Ganhos com Desincorporação de Passivos

No comparativo 2021-2022, o grupo Ganhos com Desincorporação de Passivo resultou em aumento de 4236,6%. Em 2022, correspondeu a 6,1% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas no valor de R\$ 28,09 bilhões, sendo que as contas com saldos mais relevantes no grupo Ganhos com Desincorporação de Passivos em 2022 são demonstradas no quadro abaixo:

em R\$		
Ganhos com Desincorporação de Passivos	Exercício 2022	%s/ Total
Cancelamento de Dívidas Passivas	1.138.959,26	0,0%
Cancelamento - Deságio Acordo TJSP - EC 62/2009	322.644.013,29	1,1%
Cancelamento de Restos	148.109.559,98	0,5%
Outras Desincorporações	27.616.231.465,96	98,3%
Total	28.088.123.998,49	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

A composição da conta outras Desincorporações de passivos, refere-se à extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a PMSP e a União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME, documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº 6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte. Em agosto de 2022 houve a baixa da dívida no montante de R\$ 23,91 bilhões, cujo detalhamento se encontra na Nota Explicativa nº 14 - Empréstimos e Financiamentos do Balanço Patrimonial.

Além da baixa do saldo devedor, pela consolidação do parcelamento conforme SEI nº 062794749 e demonstrativo mensal - DEDIP – abril de 2022, no valor de R\$ 10,12 milhões.

Nota 10 – Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As contas que compõem o grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas seguem detalhadas no quadro abaixo, com destaque para reversão de provisões e ajustes de perdas no montante de R\$ 300,7 bilhões, que contempla a reversão de provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo, com valor de R\$ 297,02 bilhões:

em R\$		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2022	%s/ Total
* Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	297.023.808.573,03	96,5%
Reversão de Ajustes de Perdas - Dívida Ativa	3.592.150.434,73	1,2%
Multas de Trânsito	2.696.610.641,39	0,9%
Outorga Onerosa FUNDURB	1.016.493.086,05	0,3%
Demais Multas	771.008.234,51	0,3%
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	734.861.770,39	0,2%
Indenizações e Restituições	219.168.589,80	0,1%
Demais Contas	1.894.407.683,96	0,6%
Total	307.948.509.013,86	100,0%

* Em decorrência das novas regras do RPPS estabelecidas em 2022 (cujo detalhamento consta na página 3 do Relatório do Balanço), houve a reversão da provisão matemática atuarial no IPREM e a constituição da provisão nas empresas FUNFIN e FUNPREV, impactando na demonstração de valores expressivos nas contas "Outras VPAs (Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)" e "Outras VPDs (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)".

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 11 – Remuneração a Pessoal

No exercício de 2022, a remuneração com vencimentos e salários do pessoal ativo foi de R\$ 15,83 bilhões, que representa, aproximadamente, 77,3% do total das VPD com Pessoal e Encargos.

Nota 12 – Aposentadorias e Reformas

Correspondem aos pagamentos efetuados aos aposentados da Administração Direta e Indireta, sob o RPPS da PMSP e representaram 93,4% do total de benefícios previdenciários e assistenciais.

Nota 13 – Uso de Material de Consumo

No comparativo 2021-2022, os valores registrados neste grupo aumentaram 22% e representam 0,7% do total das VPDs.

Nota 14 – Serviços

Essas VPDs representam um expressivo valor no gasto público do Município (4,9% do total das VPD, aproximadamente R\$ 18,3 bilhões) e correspondem aos serviços que mantêm em funcionamento atividades primordiais para os munícipes e também para a administração pública. Dentre os gastos com serviços, destacaram-se os serviços pagos a pessoas jurídicas, conforme abaixo:

Serviços de Terceiros - PJ	em R\$	
	Exercício 2022	% s/ Total
Serviços Urbanos	4.430.414.845,15	24,2%
Obras e Instalações	3.434.149.670,96	18,8%
Outros Serviços de Terceiros	1.965.914.270,23	10,7%
Exposições, Congressos, Conferências	811.009.478,62	4,4%
Manutenção e Conservação	798.158.371,55	4,4%
Serviço de Alimentação	635.021.465,63	3,5%
Serviços Relacionados a TI	615.948.663,29	3,4%
Locações	499.134.293,60	2,7%
Serviços Técnicos Profissionais	494.726.113,70	2,7%
Serviço de Limpeza e Conservação	488.157.003,97	2,7%
Sentenças Judiciais	469.164.518,54	2,6%
Serviços Médicos Hospitalres	466.602.937,86	2,6%
Serviço de Vigilância Ostensiva e Monitorada	459.212.294,25	2,5%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Outros	391.229.584,78	2,1%
Demais	2.336.070.819,83	12,8%
Total	18.294.914.331,96	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 15 – Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos

No comparativo 2021-2022, houve redução de 80,6% (equivalente a R\$ 727,68 milhões). Tal redução está associada extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a

PMSP e a União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME, documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº 6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte, cujo detalhamento se encontra na Nota Explicativa nº 14 - Empréstimos e Financiamentos do Balanço Patrimonial.

Nota 16 – Juros e Encargos de Mora

No comparativo 2021-2022, houve aumento de 1059% (cerca de R\$ 9,78 milhões) e correspondem a juros e encargos de mora sobre aquisição de bens e serviços.

Nota 17 – Variações Monetárias e Cambiais

No comparativo 2021-2022, houve aumento de 67,8% correspondem 1,8% do total das VPDs.

Nota 18 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras

No comparativo 2021-2022, houve aumento de 874,1%, equivalente a R\$ 28,68 milhões, correspondendo a menos de 0,01% do total das VPDs e referem-se a juros compensatórios decorrentes de decisões judiciais.

Nota 19 – Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais correspondem, em sua maioria, aos repasses concedidos às entidades da administração indireta para execução orçamentária e para aporte de recursos ao RPPS que corresponde a 31,7% das transferências intragovernamentais.

Nota 20 – Transferências Intergovernamentais

O valor registrado neste grupo refere-se a transferências voluntárias realizadas pelo Município (aproximadamente 64,6%) e Dedução de Receita ao FUNDEB (aproximadamente 34,9%).

Nota 21 – Transferências a Instituições Privadas

Neste este grupo, destacam-se as VPDs referentes a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos destinadas a Subvenções Sociais, aproximadamente, 73,8% do grupo, com destaque para Serviços de Assistência à Saúde no valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões.

Nota 22 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas

No comparativo 2021-2022, houve variação negativa de 23,8%, que equivale a aproximadamente R\$ 4,31 bilhões. Neste grupo, destaca-se o ajuste para perdas referente à dívida ativa realizado de acordo com a metodologia proposta pelo GT instituído pela Portaria Conjunta SF/SNJ 1/2014, que representa aproximadamente 93,9% do total do grupo.

Nota 23 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As contas com saldos mais relevantes no grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas são as que seguem abaixo, com destaque as Provisões Matemáticas Previdenciárias no montante de R\$ 245,54 bilhões:

	em R\$	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2022	%s/ Total
* Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	(245.538.187.251,59)	99,6%
Outros Incentivos	(312.715.228,73)	0,1%
Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	(263.615.784,62)	0,1%
Indenizações e Restituições	(196.232.524,53)	0,1%
Premiações	(9.952.680,17)	0,0%
Demais Contas	(311.085.545,93)	0,1%
Total	(246.631.789.015,57)	100,0%

* Em decorrência das novas regras do RPPS estabelecidas em 2022 (cujo detalhamento consta na página 3 do Relatório do Balanço), houve a reversão da provisão matemática atuarial no IPREM e a constituição da provisão nas empresas FUNFIN e FUNPREV, impactando na demonstração de valores expressivos nas contas "Outras VPAs (Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)" e "Outras VPDs (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)".

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

2.8 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

As mutações ocorridas no exercício de 2022 são decorrentes de:

Nota 1 – Resultado do Exercício Superavitário

O resultado patrimonial consolidado do período no montante de R\$ 87,1 bilhões segue detalhado a seguir:

Administração Direta		Administração Indireta		em R\$	
PMSP	35.884.459.957,79	HSPM	13.902.962,45	Resultado Patrimonial (Superavit) 87.099.836.578,74	
CMSP	(539.939,03)	IPREM	172.566.908.020,34		
TCMSP	18.183.898,53	FUNPREV	(47.415.074.984,86)		
FECAM	4.584.937,45	FUNFIN	(74.350.967.214,63)		
FETCM	1.026.874,05	SFMSP	(57.802.444,08)		
		AHM	(116.747,70)		
		AMLURB	(139.280.388,05)		
		FMLU	194.885.233,03		
		FUNDATEC	1.560.421,13		
		THEATRO	(6.891.420,50)		
		FMH	100.776.080,94		
		COHAB	159.244.558,69		
		SPURBANISMO	21.197.859,18		
		SPTURIS	115.395.435,77		
		SP CINE	(12.561.466,79)		
		SP REGULA	944.945,03		
Total	35.907.715.728,79	Total	51.192.120.849,95		

Analisando o superavit apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado positivo de R\$ 35,91 bilhões e a Administração Indireta um resultado positivo de R\$ 51,19 bilhões. O resultado patrimonial superavitário consolidado teve como principais motivos:

- **PMSP** – Aumento na arrecadação tributária no montante de R\$ 4,60 bilhões, representando uma variação positiva de 9,8%, na comparação do exercício de 2022 com o exercício anterior;
- **IPREM/FUNFIN/FUNPREV** – No comparativo 2021-2022, houve diminuição de R\$ 51,49 bilhões da constituição de provisão matemática previdenciária (decorrente das provisões e das reversões realizadas pelo IPREM, nos Fundos Previdenciários FUNFIN e FUNPREV, no montante respectivo de R\$ 245,54 bilhões devedor e R\$ 297,02 bilhões credor). O saldo acumulado no passivo foi de R\$ 170,74 bilhões em 2021 para R\$ 119,26 bilhões em 2022, conforme relatório da avaliação atuarial data base dezembro de 2021 pela empresa Fundação Instituto de Administração – FIA constante no processo SEI nº 6017.2022/0008002-2.

Comparando o Resultado do Exercício apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (R\$ 87.099.836.578,74) e o valor do Resultado do Exercício informado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (R\$ 87.100.045.562,340), há uma diferença de R\$ 208.983,60 referente a registros contábeis na empresa SP Urbanismo, diretamente na conta Lucro do Exercício, em contrapartida à Reserva de Reavaliação (conforme Nota Explicativa nº 22 do Balanço Patrimonial), sem figurar como Variação Patrimonial do Exercício.

Nota 2 – Capital Social

Os detalhes desta conta constaram anteriormente na Nota Explicativa nº 20 do Balanço Patrimonial.

Nota 3 – Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA

Os detalhes desta conta constaram anteriormente na Nota Explicativa nº 21 do Balanço Patrimonial.

Nota 4 – Constituição/Reversão de Reservas

Os detalhes desta conta constaram anteriormente na Nota Explicativa nº 22 do Balanço Patrimonial.

2.9 Balanço Financeiro

Nota 1-A – Desvinculação da Receita

Com a aprovação da Emenda Constitucional – EC nº 93/2016, que acrescentou o artigo 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, ficou estabelecida a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

A referida EC estabelece também as exceções à regra de desvinculação: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

A regulamentação da desvinculação da receita na Prefeitura do Município de São Paulo iniciou-se no exercício de 2016, por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, que estabeleceu as normas complementares e os procedimentos correspondentes.

Em 2022, as desvinculações de receitas na PMSP totalizaram R\$ 739,9 milhões e foram oficializadas por meio dos seguintes normativos:

- Portaria SF nº 206, de 08 de setembro de 2022, desvinculando o montante de R\$ 221,2 milhões referentes aos valores arrecadados até 30/06/2022;
- Portaria SF nº 9, de 23 de janeiro de 2023, desvinculando o montante de R\$ 518,6 milhões referentes aos valores arrecadados até 31/12/2022.

Nota 1-B – Receita Líquida por Fonte de Recurso

No Balanço Financeiro, as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Dessa forma, apresentamos o quadro abaixo, com o detalhamento das receitas brutas, das deduções da receita orçamentária por fonte de recursos, das desvinculações e das receitas líquidas:

em R\$

Receita Orçamentária	Receita Bruta	Deduções	Desvinculação (DE)	Desvinculação (PARA)	Receita Líquida
Ordinária	75.555.265.301,36	(3.079.377.071,37)	(15.181.204,82)	739.866.725,29	73.200.573.750,46
Tesouro Municipal	65.725.697.222,83	(3.079.336.939,61)	(15.181.204,82)	739.866.725,29	63.371.045.803,69
Recursos Próprios da Administração Indireta	9.436.382.065,30	-	-	-	9.436.382.065,30
Recursos Próprios da Administração Dependente	393.186.013,23	(40.131,76)	-	-	393.145.881,47
Vinculada	20.234.647.427,07	(117.637.271,19)	(724.685.520,47)	-	19.392.324.635,41
Operações de Crédito	121.859.061,84	-	-	-	121.859.061,84
Transferências Federais	3.882.616.949,74	(500.000,00)	-	-	3.882.116.949,74
Transferências Estaduais	1.106.915.019,77	-	-	-	1.106.915.019,77
Fundo Constitucional da Educação	6.825.768.008,02	(195.829,55)	-	-	6.825.572.178,47
Outras Fontes	195.141.999,57	(5.271,75)	(13.810.825,59)	-	181.325.902,23
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	6.753.313.367,85	(116.925.554,39)	(710.874.694,88)	-	5.925.513.118,58
Alienação de Bens/ Ativos	27.937.853,36	(10.615,50)	-	-	27.927.237,86
Depósitos Judiciais	1.256.358.306,13	-	-	-	1.256.358.306,13
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	64.736.860,79	-	-	-	64.736.860,79
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	-	-	-	-	-
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	-	-	-	-
Total	95.789.912.728,43	(3.197.014.342,56)	(739.866.725,29)	739.866.725,29	92.592.898.385,87

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 1-C – Despesa por Fonte de Recursos

Na execução da Despesa por Fonte de Recursos em 2022, comparado ao exercício de 2021, houve um aumento de 24,1% no total, em que se destaca o aumento de 71,7% na Fonte Ordinária, sendo possível visualização das variações no quadro que segue:

Despesa Orçamentária	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Ordinária	74.182.661.067,23	58.633.608.530,89	26,5%	81,4%
Tesouro Municipal	65.347.952.363,05	53.677.891.648,28	21,7%	71,7%
Recursos Próprios da Administração Indireta	8.463.232.182,55	4.727.535.524,85	79,0%	9,3%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	371.476.521,63	228.181.357,76	62,8%	0,4%
Vinculada	16.905.679.136,13	14.789.674.598,99	14,3%	18,6%
Operações de Crédito	266.929.290,92	158.510.077,24	68,4%	0,3%
Transferências Federais	3.789.511.523,39	3.367.572.368,76	12,5%	4,2%
Transferências Estaduais	869.996.772,17	889.909.382,02	-2,2%	1,0%
Fundo Constitucional de Educação	7.013.885.087,71	5.468.606.056,33	28,3%	7,7%
Outras Fontes	166.717.703,02	94.885.219,98	75,7%	0,2%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	3.814.364.346,00	2.983.916.573,78	27,8%	4,2%
Alienação de Bens Ativos	-	92.387.797,18	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	930.164.727,00	1.171.447.502,00	0,0%	1,0%
Transf. Fed. - Custeio Covid Fundo a Fundo Saúde	51.702.039,92	556.215.296,87	0,0%	0,1%
Transf. Fed. - Invest. Covid Fundo a Fundo Saúde	2.407.646,00	6.042.887,83	0,0%	0,0%
Transf. Federais - LC 173/2020, Art. 5º, I	-	181.437,00	0,0%	0,0%
Total	91.088.340.203,36	73.423.283.129,88	24,1%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 2 – Transferências Financeiras

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Em 2022, o montante de Transferências Recebidas e Concedidas foi de R\$ 7,4 bilhões, com destaque aos Aportes de Recursos para o RPPS que totalizaram R\$ 3,7 bilhões, conforme demonstrado no quadro abaixo:

em R\$

Transferências Financeiras Recebidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	1.060.252.363,95	28.423.156,42	-	1.088.675.520,37	14,8%
Prefeitura do Município de São Paulo	16.952.363,95	28.423.156,42	-	45.375.520,37	0,6%
Câmara Municipal	679.800.000,00	-	-	679.800.000,00	9,2%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	363.500.000,00	-	-	363.500.000,00	4,9%
Administração Indireta	2.531.122.896,52	-	3.739.483.055,88	6.270.605.952,40	85,2%
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	23.907.455,97	-	-	23.907.455,97	0,3%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	6.240.878,58	-	-	6.240.878,58	0,1%
Cinema e Audiovisual de São Paulo	2.285.156,00	-	-	2.285.156,00	0,0%
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	61.785.872,03	-	-	61.785.872,03	0,8%
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	24.666.165,05	-	-	24.666.165,05	0,3%
Fundação Teatro Municipal de São Paulo	128.466.069,98	-	-	128.466.069,98	1,7%
Fundo Financeiro - FUNFIN	-	-	312.923.512,64	312.923.512,64	4,3%
Fundo Previdenciário - FUNPREV	-	-	1.782.904.304,00	1.782.904.304,00	24,2%
Fundo Municipal de Habitação	134.199.777,75	-	-	134.199.777,75	1,8%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	1.549.752.230,68	-	-	1.549.752.230,68	21,1%
Hospital do Servidor Público Municipal	409.093.481,05	-	-	409.093.481,05	5,6%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	1.643.655.239,24	1.643.655.239,24	22,3%
São Paulo Turismo	124.637.822,00	-	-	124.637.822,00	1,7%
São Paulo Urbanismo	11.373.000,00	-	-	11.373.000,00	0,2%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	54.714.987,43	-	-	54.714.987,43	0,7%
Total	3.591.375.260,47	28.423.156,42	3.739.483.055,88	7.359.281.472,77	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$

Transferências Financeiras Concedidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	3.574.422.896,52	-	3.622.196.213,84	7.196.619.110,36	97,8%
Prefeitura do Município de São Paulo	3.574.422.896,52	-	3.622.196.213,84	7.196.619.110,36	97,8%
Câmara Municipal	-	-	-	-	0,0%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Administração Indireta	20.946.891,04	28.423.156,42	113.292.314,95	162.662.362,41	2,2%
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	-	28.161.359,96	-	28.161.359,96	0,4%
Cinema e Audiovisual de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura	-	-	-	-	0,0%
Fundação Teatro Municipal de São Paulo	16.952.363,95	-	-	16.952.363,95	0,2%
Fundo Financeiro - FUNFIN	3.994.527,09	-	100.807.801,57	104.802.328,66	1,4%
Fundo Previdenciário - FUNPREV	-	-	12.484.513,38	12.484.513,38	0,2%
Fundo Municipal de Habitação	-	-	-	-	0,0%
Fundo Municipal de Limpeza Urbana	-	261.796,46	-	261.796,46	0,0%
Hospital do Servidor Público Municipal	-	-	-	-	0,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
São Paulo Turismo	-	-	-	-	0,0%
São Paulo Urbanismo	-	-	-	-	0,0%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Total	3.595.369.787,56	28.423.156,42	3.735.488.528,79	7.359.281.472,77	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Na comparação entre as transferências financeiras recebidas e as concedidas para execução orçamentária e para aportes de recursos para o RPPS observa-se uma diferença de R\$ 3.994.527,09, identificada na empresa Fundo Financeiro – FUNFIN, cujo montante foi contabilizado indevidamente na linha de transferência concedida para execução orçamentária, cujo registro correto seria em transferências para aportes de recursos para o RPPS.

Nota 3 – Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

Compreendem os ingressos e dispêndios não previstos no orçamento, como os recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções, inscrição e pagamento de restos a pagar, dentre outros.

Em 2022, os ingressos totalizaram R\$ 50,8 bilhões, apresentando um aumento de 29,1%, se comparado ao exercício anterior, com destaque para as inscrições de restos a pagar não processados e processados com um aumento de 46,9% e 52,8, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

em R\$				
Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	9.791.591.606,99	6.663.562.461,46	46,9%	19,3%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	407.254.120,14	266.490.072,31	52,8%	0,8%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.965.300.736,72	8.066.673.236,60	11,1%	17,6%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	31.683.996.335,83	24.383.600.872,31	29,9%	62,3%
Total	50.848.142.799,68	39.380.326.642,68	29,1%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os pagamentos extraorçamentários totalizaram R\$ 44,0 bilhões em 2022, apresentando um aumento de 25,8% se comparado a 2021, com destaque para outros pagamentos extraorçamentários, com aumento de 40,7%:

em R\$				
Pagamentos Extraorçamentários	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação	%s/ Total
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	3.404.095.483,79	3.236.756.942,31	5,2%	7,7%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	262.392.923,81	472.089.567,56	-44,4%	0,6%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	11.073.651.350,66	10.463.646.346,49	5,8%	25,1%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	29.302.484.475,47	20.829.690.490,45	40,7%	66,5%
Total	44.042.624.233,73	35.002.183.346,81	25,8%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 4 - Execução de Restos a Pagar

Dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários ocorridos em 2022, observa-se um aumento de 47,2% na inscrição de Restos a Pagar e uma redução de 1,1% nos seus pagamentos, sendo possível visualizar essas variações em termos monetários e percentuais, no quadro que segue:

em R\$				
Descrição	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação R\$	Variação %
Inscrição de Restos a Pagar	10.198.845.727,13	6.930.052.533,77	3.268.793.193,36	47,2%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	9.791.591.606,99	6.663.562.461,46	3.128.029.145,53	46,9%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	407.254.120,14	266.490.072,31	140.764.047,83	52,8%
Pagamentos de Restos a Pagar	3.666.488.407,60	3.708.846.509,87	- 42.358.102,27	-1,1%
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	3.404.095.483,79	3.236.756.942,31	167.338.541,48	5,2%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	262.392.923,81	472.089.567,56	- 209.696.643,75	-44,4%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Destaca-se que quando da inscrição dos Restos a Pagar “não Processados”, o procedimento adotado no âmbito municipal, é permanecer neste status, não havendo transferência de status para “Processados”.

Nota 5 – Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Em 2022, o Balanço Financeiro apresenta um Saldo do Exercício Anterior de R\$ 30,5 bilhões e um Saldo para o Exercício Seguinte de R\$ 38,8 bilhões, demonstrando um aumento de R\$ 8,3 bilhões. As variações dos saldos referente aos exercícios de 2022 e 2021 estão apresentadas no quadro a seguir:

Descrição	em R\$			
	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação R\$	Variação %
Saldo do Exercício Anterior	30.452.066.124,22	22.846.510.069,19	7.605.556.055,03	33,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.747.281.858,69	18.165.275.314,71	6.582.006.543,98	36,2%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.658.593.998,88	4.600.790.566,72	1.057.803.432,16	23,0%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	46.190.266,65	80.444.187,76	- 34.253.921,11	-42,6%
Saldo para o Exercício Seguinte	38.762.142.872,68	30.452.066.124,22	8.310.076.748,46	27,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.465.551.251,12	24.747.281.858,69	6.718.269.392,43	27,1%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.296.591.621,56	5.658.593.998,88	1.637.997.622,68	28,9%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	-	46.190.266,65	- 46.190.266,65	-100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Registro Contábil das Retenções

Os procedimentos referentes ao registro contábil das retenções efetuadas na PMSP são os seguintes: i) as retenções de naturezas orçamentárias são apropriadas no momento do pagamento ao credor; ii) as retenções de natureza extraorçamentária são reconhecidas no passivo no momento da liquidação da despesa e baixadas no pagamento da obrigação.

2.10 Demonstração do Fluxo de Caixa

Nota 1 – Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, utilizando-se dos fluxos das atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento.

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades Operacionais, temos como valores mais expressivos os grupos:

- **Ingressos** – Receitas Derivadas e Originárias correspondem a 45% e Outros Ingressos Operacionais correspondem a 35% do total dos ingressos, com os seguintes destaques:

✓ **Receitas Derivadas e Originárias:**

- i) Receitas Tributárias com variação positiva de 9,3%, no montante de R\$ 4,1 bilhões, decorrente do aumento nas arrecadações de ISS, IPTU e IRRF, cujos percentuais de crescimento representaram 12,0%, 8,4% e 18,0%, respectivamente;
- ii) Receitas Patrimoniais com variação positiva de 198,8%, no montante de R\$ 3,3 bilhões, decorrente do aumento de R\$ 2,6 bilhões nos juros sobre fundos de investimentos e aplicações em contas – Renda Fixa e no aumento de R\$ 0,6 bilhão na outorga proveniente de concessões;
- iii) Outras Receitas Correntes com aumento de 192,4%, no montante de R\$ 3,5 bilhões, decorrente do crescimento de R\$ 1,3 bilhão nas multas de trânsito e da criação da receita intraorçamentária com aportes periódicos para o RPPS (com base no Art. 37, §15 da Disposições Gerais e Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Paulo³) no total de R\$ 2,4 bilhões.

✓ **Transferências Recebidas:**

- i) Transferências do Estado com variação positiva de 10,5%, em virtude do aumento nas transferências recebidas da Cota-Parte do ICMS e Cota-Parte do IPVA, cujos percentuais de crescimento representaram 6,5% e 18,2%, respectivamente;
- ii) Transferências Intragovernamentais com variação negativa de 28,7%, no montante de R\$ 3,0 bilhões, decorrente da redução das transferências recebidas para aportes de recursos ao RPPS;
- iii) Outras Transferências Correntes Recebidas com variação positiva de 13,0%, decorrente do aumento nas transferências do FUNDEB (União) e FUNDEB (Estado), cujos percentuais de crescimento representaram 35,7% e 11,6%, respectivamente.

- **Desembolsos** – Pessoal e demais despesas que correspondem a 57% do total de desembolsos e são classificados por Função, sendo os valores de maior representação classificados em: Saúde, Educação e Previdência Social. Os Outros Desembolsos Operacionais correspondem a 38% do total. No exercício de 2022 temos os seguintes destaques:

- ✓ **Juros e Encargos da Dívida:** com redução de 81,6%, no montante de R\$ 718,7 milhões, em virtude da extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a PMSP e a União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME,

³ L.O.M. – Art. 37, § 15 - Fica aportado para o RPPS o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas Autarquias e pelas Fundações que instituírem e mantiverem e que vier a ser recebido desde a data da promulgação desta Emenda à Lei Orgânica até 31 de dezembro de 2055.

documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº 6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte, cujo detalhamento se encontra no item Amortização/Refinanciamento da Dívida, dos desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento;

- ✓ **Transferências Concedidas:** Transferências Intragovernamentais com variação negativa de 28,7%, no montante de R\$ 3,0 bilhões, decorrente da redução das transferências concedidas para aportes de recursos ao RPPS.
- **Outros Ingressos Operacionais e Outros Desembolsos Operacionais:** Conforme o Item 17 da IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (atualizada em janeiro de 2020): os campos Outros ingressos e Outros desembolsos (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa.

No exercício de 2022 o grupo Outros Ingressos Operacionais totalizou R\$ 51,7 bilhões e o grupo Outros Desembolsos Operacionais totalizou R\$ 52,6 bilhões, com destaque para a conta contábil denominada Credores por Folha de Pagamento, cujas movimentações a débito e a crédito totalizaram quase R\$ 26,0 bilhões no exercício e os valores relativos à conta contábil Valores Restituíveis com movimentações superiores a R\$ 11 bilhões no exercício, que contemplam depósitos judiciais, precatórios, cauções, consignações, entre outros.

Nota 2 – Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Na composição dos Ingressos e Desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento temos como valores mais expressivos:

- **Ingressos** – apresentaram um aumento de R\$ 644,8 milhões, com os seguintes destaques:
 - ✓ **Alienação de Bens:** totalizaram R\$ 16,6 milhões e estão detalhados a seguir:

em R\$		
Alienação de Bens	Valores Recebidos 2022	%s/ Total
Alienação de Outros Bens Imóveis	8.021.344,99	48,2%
Alienação de Bens Imóveis - Outros Imóveis - FUNPREV	7.287.000,00	43,8%
Alienação de Veículos	1.133.467,42	6,8%
Alienação de Outros Bens Móveis	98.531,30	0,6%
Alienação de Bens e Materiais - FED/TCM	88.647,90	0,5%
Total	16.628.991,61	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- ✓ **Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos:** com variação positiva de 1.011,0%, totalizou R\$ 238,2 milhões, com destaque para a rubrica de amortização – contrato de confissão e assunção de dívidas da Carteira da COHAB-SP, no montante de R\$ 214,5 milhões;
 - ✓ **Outros Ingressos de Investimentos:** totalizou R\$ 1,7 bilhão e corresponde a 87% do total dos ingressos, com destaque para: i) Outorga Onerosa – Plano Diretor – Direito de Construir – FUNDURB no valor R\$ 1,0 bilhão, representando 61% do grupo e ii) Operação Urbana Água Espreada no valor de R\$ 570,2 milhões, representando 34% do grupo.
- **Desembolsos** – apresentaram um aumento de 69,4% e correspondem aos seguintes detalhamentos:
 - ✓ **Aquisição de Ativo Não Circulante:** no montante de R\$ 3,7 bilhões, correspondente a 73% do total das saídas de caixa do grupo, a seguir detalhados:

			em R\$	
Aquisição de Ativo não Circulante		Valores Pagos	%s/ Total	
Despesas de Capital - Execução Orçamentária 2022		3.085.738.528,92	82,4%	
Investimentos	Obras e Instalações	2.751.849.279,22	74,1%	
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	99.548.060,05	2,7%	
Investimentos	Aquisição de Imóveis	208.118.063,65	5,6%	
Inversões Financeiras	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	26.223.126,00	0,7%	
Despesas de Capital - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2022		625.778.350,15	16,9%	
Investimentos	Obras e Instalações	537.108.741,57	14,5%	
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	79.872.519,30	2,2%	
Investimentos	Aquisição de Imóveis	8.797.089,28	0,2%	
Total		3.711.516.879,07	99,3%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- ✓ **Outros Desembolsos de Investimentos:** no montante de R\$ 1,4 bilhão, correspondente a 27% do total das saídas de caixa deste grupo, a seguir detalhados:

			em R\$	
Outros Desembolsos de Investimentos		Valores Pagos	%s/ Total	
Despesas de Capital - Execução Orçamentária 2022		1.222.821.555,73	87,1%	
Outros Serviços de Terceiros - PJ		811.446.327,68	57,8%	
Sentenças Judiciais		217.348.783,46	15,5%	
Indenizações e Restituições		80.243.215,80	5,7%	
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ		67.319.699,36	4,8%	
Serviços de Consultoria		31.812.698,12	2,3%	
Demais Desembolsos		14.650.831,31	1,0%	
Despesas de Capital - Restos a Pagar Ex. Anteriores - pagos em 2022		181.391.315,90	12,9%	
Outros Serviços de Terceiros - PJ		148.862.382,26	10,6%	
Serviços de Tecnologia da Informação - PJ		19.638.251,48	1,4%	
Serviços de Consultoria		11.184.058,11	0,8%	
Indenizações e Restituições		1.101.926,63	0,1%	
Demais Desembolsos		604.697,42	0,0%	
Total		1.404.212.871,63	100,0%	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 3 – Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Na composição dos Ingressos e Desembolsos do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento temos como valores mais expressivos:

- **Ingressos** – apresentaram uma redução de 7,1%, comparado ao exercício de 2021 e correspondem aos seguintes detalhamentos:
 - ✓ **Operações de Crédito:** no montante de R\$ 103,3 milhões, com destaque para a contratação de operação de crédito no mercado externo, referente à rubrica Contrato 4641/OC-BR - BID – Avança Saúde SP, no montante de R\$ 93,3 milhões, representando 90% do total deste grupo;
 - ✓ **Transferências de Capital Recebidas:** no montante de R\$ 757,8 milhões, com destaque para o Convênio PMSP X SABESP – FMSAI que totalizou R\$ 567,1, representando 75% do total deste grupo;
 - ✓ **Outros Ingressos de Financiamento:** no montante de R\$ 1,3 bilhão, referente aos Depósitos Judiciais da Lei Complementar 151/2015, que tiveram uma redução de 16,2% em comparação ao exercício anterior.

- **Desembolsos** – apresentaram uma redução de 53,3% comparado ao exercício de 2021, com destaque para as seguintes variações:
 - ✓ **Amortização/Refinanciamento da Dívida:** redução de 82%, no montante de R\$ 1,8 bilhão, se comparado ao exercício de 2021, em virtude da extinção da dívida relativa ao contrato da MP 2.185/2001 entre a PMSP e a União, com base no Ofício STN SEI 227178/2022/ME, documento SEI nº 070156004, incluso no processo SEI nº 6017.2019/0005960-5, objetivando encerrar a disputa judicial relativa à área conhecida como Campo de Marte. Em agosto de 2022 houve a baixa da dívida no montante de R\$ 23,9 bilhões, impactando em uma redução de mais de 90% do passivo com empréstimos e financiamentos.
A referida extinção está disposta na Lei Municipal nº 17.726, de 17 de dezembro de 2021, que autoriza o Poder Executivo a celebrar acordo com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, com vistas a encerrar a disputa judicial que recai sobre a área conhecida como Campo de Marte, em seu artigo 1º traz o seguinte texto:

Art. 1º - Fica autorizada a celebração de acordo judicial com a União nos autos do processo nº 0068278-78.1974.403.6100, desde que a contrapartida para o Município seja a extinção da dívida decorrente do "Contrato de Confissão, Consolidação, Promessa de Assunção e Refinanciamento de Dívidas" pactuado com base na MP 2.185-35, de 24 de agosto de 2001,

podendo o Poder Executivo, por meio da Procuradoria Geral do Município, transigir, transacionar, firmar compromisso, desistir, transferir, remir e o que se fizer necessário para a realização do Acordo, inclusive renunciar a potencial crédito excedente que viesse a ser reconhecido no processo judicial em referência.

- ✓ **Outros Desembolsos de Financiamento:** o montante R\$ 1,0 bilhão refere-se à Recomposição de Depósitos Judiciais LC 151/2015.

Nota 4 – Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa

Em 2022, a geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos totalizou R\$ 6,7 bilhões, resultando em um saldo final de caixa e equivalentes de R\$ 31,5 bilhões, com um aumento de 27% em relação ao ano anterior:

Caixa e Equivalentes INICIAL	Ingressos	Desembolsos	Caixa e Equivalentes FINAL
R\$ 24.747.281.859	Operacionais R\$ 147.589.096.432	Operacionais -R\$ 138.400.203.051	R\$ 31.465.551.251
	Investimentos R\$ 1.927.120.847	Investimentos -R\$ 5.115.729.751	
	Financiamentos R\$ 2.117.492.954	Financiamentos -R\$ 1.399.508.038	
	Total R\$ 151.633.710.232	Total -R\$ 144.915.440.840	
+		-	
Geração Líquida de Caixa R\$ 6.718.269.392			

Nota 5 – Caixa e Equivalente de Caixa Final

No exercício de 2022, na comparação do saldo final do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa obtida por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa com este grupo do Ativo Circulante do Balanço Patrimonial, observou-se que ambos apresentam o saldo de R\$ 31,5 bilhões, conforme detalhamento a seguir:

Caixa e Equivalentes de Caixa (Balanço Patrimonial)	Exercício 2022	
Caixa	13.090,16	Caixa e Equivalentes de Caixa - FINAL (DFC) R\$ 31.465.551.251,12
Conta Única	990.740.645,70	
Conta Única RPPS	85.556,74	
Bancos Conta Movimento - Demais Contas	920.254.063,98	
Rede Bancária - Arrecadação	58.536.833,49	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	28.450.008.170,78	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS	1.044.727.997,26	
Garantias	11.608,84	
Depósitos Não Judiciais	1.173.284,17	
Total	31.465.551.251,12	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Seguem segregados os saldos de Caixa e Equivalentes em Recursos Não Vinculados e Recursos Vinculados, com base no Relatório de Gestão Fiscal – RGF, especificamente no Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar:

Destinação de Recursos (Anexo 5 - RGF)	em R\$	
	Disponibilidade de Caixa Bruta em 2022	
Recursos Não Vinculados	16.894.195.728,37	
Recursos Não Vinculados de Impostos	16.745.736.972,84	
Outros Recursos não Vinculados	148.458.755,53	
Recursos Vinculados	14.571.355.522,75	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-	
Transferências do FUNDEB	942.902.450,92	
Outros Recursos Vinculados à Educação	701.715.430,06	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	667.664.299,19	
Recursos Vinculados à Assistência Social	60.989.295,92	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	312.349.159,94	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	714.732.361,36	
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	10.445.032,70	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	147.234.824,26	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	84.086.024,59	
Recursos Extraorçamentários	-	
Outras Recursos Vinculados	10.929.236.643,81	
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	31.465.551.251,12	

em R\$	
Caixa e Equivalentes	Saldo em 2022
Recursos Não Vinculados	16.894.195.728,37
Recursos Vinculados	14.571.355.522,75
Total	31.465.551.251,12

Fonte: RGF - Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - 3º Quadr/2020 e Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

3. Ações de Melhoria nos Processos e Sistema

Divulgamos abaixo algumas ações de melhorias nos processos e no sistema que este Departamento de Contadoria tem trabalhado para a contribuição e transparência das informações contábeis desta Municipalidade.

3.1 Matriz de Saldos Contábeis - MSC

A Portaria STN nº 896, de 31 de outubro de 2017, estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Desde o exercício de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo envia mensalmente ao SICONFI seus dados por meio da MSC, cumprindo os prazos legais. Ademais, com a implantação do projeto do Conta Corrente Contábil, que está em andamento, serão atendidos os requisitos relacionados à segregação de Fontes de Recursos estabelecidas na Matriz de Saldos Contábeis – MSC.

3.2 Projeto Conta Corrente Contábil/Fonte de Recursos

O projeto do Conta Corrente Contábil busca adequar o Sistema SOF às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional – STN relacionadas à segregação de Fontes de Recursos e às informações complementares exigidas pela Matriz de Saldos Contábeis, através da inclusão de atributos no Plano de Contas Contábeis da PMSP (baseado no PCASP Estendido).

Além disso, o projeto abrange a padronização da estrutura de fontes de recursos, que foi estabelecida por meio das seguintes Portarias da STN:

- **Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 23 de fevereiro de 2021** – estabeleceu a padronização das fontes ou destinações de recursos a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujo atendimento é obrigatório a partir do exercício de 2023, conforme inciso I do artigo 3º;
- **Portaria nº 710, de 25 de fevereiro de 2021** – estabeleceu a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios, contendo em seus anexos:
 - I) o bloco das vinculações dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, com três dígitos (códigos de 500 a 999);
 - II) no quadro 1 a identificação do exercício em que o recurso foi arrecadado, com um dígito (1- Exercício Corrente, 2- Exercícios Anteriores e 3- Recursos Condicionados) e no quadro 2 o código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – CO, com quatro dígitos (exemplo: 1001 - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, 1002- Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde, entre outros).

As adequações no Sistema SOF para a nova estrutura de fonte de recursos compreendem seus diversos módulos (Planejamento Orçamentário, Autorização Orçamentária, Execução Orçamentária, Execução Financeira, Integração, Contratação e Contabilidade).

O projeto encontra-se na fase desenvolvimento, cujas as alterações nos módulos de planejamento, autorização orçamentária e execução orçamentária entraram em produção no Sistema SOF em janeiro de 2023, já as adequações para os demais módulos serão iniciadas na sequência.

3.3 Decreto Federal nº 10540/2020 – Requisitos Mínimos SIAFIC

Em 05 de novembro de 2020 foi publicado o Decreto Federal nº 10.540, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC dos entes da Federação. Este padrão mínimo deve ser observado por todos os entes federativos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Além disso, o Decreto previa em seu artigo 18, parágrafo único, que até 05 de maio de 2021, cento e oitenta dias contados da data de publicação do Decreto, os entes deveriam disponibilizar aos respectivos órgãos de controle interno e externo e divulgar em meio eletrônico de amplo acesso público, seus planos de ação voltados para a adequação de seus Sistemas ao padrão mínimo de qualidade estabelecido no decreto.

O Plano de Ação da Prefeitura de São Paulo voltado a garantir que as disposições estabelecidas no citado decreto sejam atendidas no prazo nele estabelecido foi

disponibilizado pela Secretaria da Fazenda em seu portal eletrônico, através do endereço: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/contaspublicas/index.php?p=29546>

Plano de Ação	Descrição	Responsável
Ação 1	Sistema de Custos	SF/SUTEM/DECON
Ação 2	Inclusão de CNPJ do ente federado para pagamento de convênios	SF/SUTEM/DECON/DISEO
Ação 3	Emissão de diários e razões contábeis consolidados	SF/SUTEM/DECON/DICON
Ação 4	Sistema para geração dos Demonstrativos Fiscais (RREO e RGF)	SF/SUTEM/DECON/DIGER e SF/SUPOM
Ação 5	Consolidação das contas	SF/SUTEM/DECON/DICON e DISEO
Ação 6	Padronização das Fontes de Recursos	SF/SUTEM/DECON, DICON, SUTEM e SUPOM
Ação 7	Inclusão de CPF no cadastro de usuários do sistema SOF	SF/SUTEM/DECON/DICON e DISEO
Ação 8	Inclusão de fechamentos automáticos no sistema SOF	SF/SUTEM/DECON/DICON
Ação 9	Dos requisitos de transparência da Informação	SF/SUTEM e CGM

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda - SF

No decorrer do exercício de 2021, os seguintes itens do Plano de Ação foram concluídos: Ação 3 – Emissão de Diários e Razões Contábeis Consolidados e Ação 7 – Inclusão de CPF no cadastro de usuários do Sistema SOF. Durante o exercício de 2022 os esforços foram destinados à Ação 6 – Padronização das Fontes de Recursos, que exigiu diversas adequações no Sistema SOF, para que entrasse em produção com a nova estrutura de fontes de recursos no início da execução orçamentária do exercício de 2023.

4. Disposições Finais

No relatório do Balanço Geral de 2022 constam todas as informações relativas às análises da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e fiscal desta Municipalidade, sendo as Notas Explicativas um complemento e suporte às informações anteriormente apresentadas.